

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO VI – nº 40 – abril e maio de 2013

GOLPE DE 1964, não esquecer para que nunca mais ocorra!

Páginas 20 e 21

Imagem de Vladimir Herzog, torturado e assassinado nos porões do Doi-Codi, projetada no Clube Militar-RJ

FORMAÇÃO

Convênio garante cursos online para sindicalizados requererem Adicional de Qualificação. **Páginas 6 a 9**

8º CONGREJUFE

Rio de Janeiro levará a segunda maior bancada para congresso da Fenajufe.

Página 17

DIREITOS HUMANOS

Em dificuldade financeira, Grupo Tortura Nunca Mais pede ajuda para manter projetos.

Página 22

SEDE NOVA

Jongo da Serrinha recebe as chaves do imóvel que abrigará a nova sede em Madureira. **Páginas 26 a 29**



FAÇA UMA PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA PREPARATÓRIA PARA CONCURSOS!

Confira os cursos de pós-graduação elaborados pelos melhores professores de concurso do país que garantem a preparação para as seleções públicas e a especialização na área escolhida.

DIREITO PÚBLICO

GESTÃO FISCAL

GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

GESTÃO PÚBLICA

Sindical

Representantes do governo e do funcionalismo se reuniram em audiência pública para discutir alternativa para cobrança do imposto sindical. Com nova instrução normativa do Ministério do Trabalho, a cobrança volta a ser opcional. Sisejufe devolverá 60% do valor para servidores sindicalizado. **Página 5**

Formação

Convênio do sindicato oferece cursos online para servidores sindicalizados. Ao concluir os módulos e ser aprovado, o servidor poderá requerer o Adicional de Qualificação. Inscrições começam no fim de abril. **Páginas 6 a 9**

Jurídico

Em mais uma vitória do sindicato, o Departamento Jurídico do Sisejufe consegue uma liminar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que garante a jornada de trabalho para médicos do TRT do Rio de 4 horas diárias e de 20 horas semanais. A medida susta efeitos do Ato 48 da Presidência do tribunal. **Página 10**

TRT

Em reunião com o presidente do TRT, desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond, o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, e a assessora política do sindicato, Vera Miranda, apresentaram reivindicações dos servidores do tribunal, como a falta de condições de trabalho nos arquivos de São Cristóvão. **Página 11**

TRE

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, o diretor Moisés Leite e a assessora política do sindicato, Vera Miranda, discutem com a presidente do TRE, desembargadora Leticia Sardas, ajuda de custo para remoção a pedido, jornada de 6 horas, gratificações para chefia de cartório e assédio moral. **Páginas 12 e 13**

Aposentados

Nossa repórter Tatiana Lima mostra como funciona o programa “Para Viver Melhor”, voltado para os servidores associados ao convênio do Sisejufe com a Unimed-Rio. A política de atendimento gratuito em casa é fruto de reivindicação do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) da entidade. **Páginas 14 e 15**

Sindical

Servidores do TRE vão receber diferença do auxílio-alimentação. Resolução 836/12 reconhece direito ao pagamento dos valores que podem chegar a R\$ 5 mil para quem entrou no tribunal antes de abril de 2008. O crédito será condicionado à disponibilidade de dotação orçamentária. Terá correção monetária. **Página 16**

Congrejufe

Rio levará a segunda maior bancada para o 8º Congresso Nacional da Fenajufe, que acontece de 26 a 30 de abril em Caeté, Minas Gerais. Delegados vão eleger nova direção da federação para o triênio 2013-2016. Participantes vão discutir e deliberar sobre os novos desafios da categoria para os próximos anos. **Página 17**

Mulheres

CUT Nacional conversou com a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva, que faz um resumo dos 10 anos de atuação da pasta. Ela destaca o Dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, como um dia de luta. E reforça a defesa do fim de todas as formas de violência contra as mulheres. **Páginas 18 e 19**

**Ditadura Militar**

No ano em que o famigerado Golpe de 1964 completou 49 anos, ativistas pelos Direitos Humanos protestam contra um dos momentos mais terríveis da história recente do país. No Rio, no dia 1º de abril, manifestantes projetaram a imagem do corpo do jornalista Vladimir Herzog nas paredes do Clube Militar no Centro do Rio. **Páginas 20 e 21**

Tortura Nunca Mais

Nosso repórter Max Leone entrevista a presidenta do grupo Tortura Nunca Mais, Vitória Grabois. Ela relata as dificuldades financeiras da ONG que há 28 anos luta pelos Direitos Humanos no Brasil. Para suprir a suspensão do financiamento internacional, o grupo faz campanha de solidariedade para arrecadar fundos. **Página 22**

Nacional

O presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, critica juizes e a criação de novos tribunais federais. Reunião entre o ministro e representantes de associação de juizes foi marcada por troca de farpas. Barbosa chegou a dizer que a aprovação ocorreu de “maneira sorrateira” com a ajuda das associações. **Página 23**

O Maracá é nosso

Manifestações contra a privatização do Maracanã e o complexo em seu entorno está nas ruas do Rio de Janeiro. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas Rio organizou protestos como o que percorreu as ruas da Tijuca, na caminhada batizada de “A Cidade é Nossa!”. Movimento denuncia que gastos com obras não vão retornar aos cofres públicos. **Páginas 24 e 25**

Jongo da Serrinha

Tatiana Lima relata a emoção dos integrantes da ONG Jongo da Serrinha ao receber as chaves da nova sede em Madureira. Após anos de luta, Prefeitura do Rio assina contrato de cessão e uso da propriedade do imóvel para abrigar os projetos da ONG. Obra custará R\$ 2 milhões e sede terá dois andares e 2.600 metros quadrados. **Páginas 26 a 29**

Funk

Tatiana Lima, Vinícius Souza e Maria Eugênia Sá mostram como o movimento funk é tratado no Rio e São Paulo por autoridades. As dificuldades que pequenos produtores e MCs encontram para promover um baile nas favelas. **Páginas 30 a 33**

Direitos Humanos

Max Leone informa que a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) vai denunciar o deputado-pastor Marcos Feliciano, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, a organismos internacionais, caso ele não conduza averiguações de pedidos feitos pela associação. **Páginas 34 e 35**

Entrevista

Em depoimento emocionante à Tatiana Lima, Débora Maria da Silva, integrante do Movimento Mães de Maio, de São Paulo, relata a dor de perder um filho, vítima da violência do Estado. Assim como outras mães, ela mostra como é conviver com a dor ao mesmo tempo em que a vida precisa ser levada à diante. **Páginas 36 a 38**

Humor

Nosso colaborador Fulgêncio Pedra Branca teve um pesadelo com a morte da Dama de Ferro. Ele se assusta ao ver ex-primeira ministra britânica chegar ao inferno e adotar medidas privatizantes na casa do capeta. Para coroar o susto, Margareth Thatcher se casa com nada menos que Augusto Pinochet, ditador chileno. **Página 39**

Oficina Literária

Jacques Gruman no artigo “Charles, este é o filho de Lua” diseca a obra Cidadão Kane e expõe o sentimento do abandono na infância na ficção e realidade. **Páginas 40 e 41**

Internacional

O resultado das urnas na Venezuela, que elegeu o sucessor de Hugo Chávez para a Presidência do país, mostra: o comandante se foi, mas o bolivarianismo fica, e por voto popular. **Páginas 42 a 44**

Internacional

Professor Carlos Teixeira, historiador da UFRJ, descreve em artigo a política e o conflito das Coreias como um “pansori”: música de um só músico. Mas o tom da canção é de guerra. **Página 45**

Latuff

PEC das empregadas domésticas traz direitos trabalhistas constitucionais para trabalhadoras e causa indignação nas casas da elite. O ‘clamor’ público é tema da crítica social de Carlos Latuff. **Página 46**

O que esperamos do 8º CONGREJUFÉ

Um plano de carreira não é o remédio para todos os males, porém, se construído de forma correta, poderá constituir o enfrentamento da maior parte destes males

Nos estertores do mês de abril, a categoria judiciária federal lança seus olhos para Minas Gerais, mais especificamente a cidade de Caeté, na expectativa do que produzirá o 8º Congrejufe; para além de mais uma nova direção colegiada (que comandará a Fenajufe e conduzirá os rumos da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal no triênio 2013-2016). Mais que uma nova conformação da diretoria – fruto da correlação de forças e posições ideológicas que disputaram os delegados ao congresso – a categoria espera por novos posicionamentos, que reflitam as suas demandas, antigas e novas: a busca por um judiciário democratizado, o fim das relações verticais autoritárias, mais valorização dos servidores e condições dignas de trabalho; entre outras questões.

Desde o 6º Congrejufe, em Gra-

mado-RS, a categoria deliberou, como meta prioritária, a luta por um plano de carreira, que padronizasse e qualificasse a gestão e a relação de trabalho no Judiciário Federal, para os períodos posteriores de luta. Desde 2007, a busca pelo plano de carreira está no topo do plano de lutas da categoria e a discussão sobre o tema atravessou também o 7º Congrejufe em Fortaleza-CE.

Nesta linha do tempo, a Administração do Judiciário também constituiu e vem implantando a sua pauta para a gestão do trabalho no Poder Judiciário. Isto se deu através da implantação de metas e da virtualização do trabalho. O impacto desta política aparece, de forma funesta, no crescimento do adoecimento da categoria e das aposentadorias por invalidez. É dever dos trabalhadores no Congrejufe apontar saídas para barrar o surgimento e a ampliação das doenças osteomusculares, oftálmicas e psiquiátricas, adoecimento

este que advém da equação que não fecha, quando se coloca mais carga de trabalho, menor tempo de processamento dos feitos, a mesma quantidade de servidores.

Além de discutir valorização salarial, a categoria precisa de respostas para questões de saúde e condições dignas de trabalho. Esta parte da pauta passa pela redução da jornada e pelo enfrentamento do assédio moral. Um plano de carreira não é o remédio para todos os males, porém, se construído de forma correta, poderá constituir o enfrentamento da maior parte destes males, por isto propomos um plano que:

a) contenha uma legislação que vede as formas de terceirização e de precarização nas relações de trabalho;

b) se contraponha ao assédio moral, enfrente as questões de saúde com políticas de prevenção e de eliminação das condições insalubres e de risco;

c) contenha política clara de capacitação e qualificação dos trabalhadores, e expresse uma política salarial de valorização do trabalhador.

Como materializar esta política de gestão é certamente uma das respostas que esperamos do 8º Congrejufe. Como organizar a luta dos trabalhadores com unidade é também um desafio ao próximo

congresso. Ao longo dos últimos anos, as disputas entre as diversas correntes ideológicas, que organizam os trabalhadores do Poder Judiciário Federal, deixaram de respeitar o limite da divergência política e invadiram o campo da falta de bom senso. Surgiram embates e fracionamentos internos na categoria, baseados na intolerância e impossibilidade de conviver com o diferente.

Preocupa-nos o retrocesso e a perda de confiança dos trabalhadores do Judiciário na capacidade de condução dos processos políticos por parte de suas lideranças. Recuperar a unidade de ação passa por compreender os limites e as diferenças, por reconhecer a caminhada realizada no passado para balizar os passos a serem dados no futuro, por entender que a síntese é o produto da pluralidade de ideias neste processo de construção.

A divisão atende aos patrões e aos governos. A intolerância afasta a categoria dos processos de luta e abre espaço para consolidação de relações cada vez mais desiguais entre as administrações e os trabalhadores. O que esperamos do 8º Congrejufe é a construção de uma nova etapa de lutas na federação, mais democratizada, mais plural, mais espelho dos trabalhadores que são a razão dela existir.



SISEJUFÉ
Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana O. de A. Góes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Maril Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Max Leone (MTb RJ 19002/Jp) – Tatiana Lima (MTb32631/RJ) **EDIÇÃO:** Tatiana Lima e Max Leone

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff

CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda

IMPRESSÃO: Gráfica e Editora (7,5 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Servidores e governo discutem alternativa para cobrança de imposto

Representantes dos servidores públicos e do governo se reuniram para discutir em 25 de fevereiro, em audiência pública, uma alternativa à atual cobrança de imposto sindical para servidores públicos. Em janeiro deste ano, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou uma Instrução Normativa revogando ato do ministério, de 2008, que previa o pagamento compulsório da contribuição sindical pelos servidores, seguindo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a nova instrução, o pagamento do imposto sindical passou a ser opcional, como era antes de 2008.

Há mais de dois meses, as entidades representativas dos servidores públicos reivindicam que seja retomada a norma de 2008 e mantida a obrigatoriedade do imposto. Os sindicatos temem falta de recursos, provenientes da contribuição obrigatória, que pode comprometer a independência das organizações e desrespeita a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública, ratificada pelo Brasil em junho de 2010. Segundo a convenção da OIT, as organizações de empregados públicos têm proteção contra atos de

Os direitos dos servidores não são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como os dos celetistas. Os regimes jurídicos dos servidores públicos municipais e estaduais são estipulados por leis próprias; os dos servidores federais, pela Lei 8.112

ingerência de autoridades públicas no que diz respeito à constituição, ao funcionamento e à administração.

O MTE informou que a anulação do ato, no início de 2013, não foi um posicionamento político, mas o cumprimento de uma avaliação da Advocacia-Geral da União (AGU) de que a contribuição sindical só pode ser regulada por meio de leis ou decisão judicial – o que não foi o caso, já que a obrigatoriedade do pagamento do imposto foi posta em prática mediante instrução normativa.

“O tema tem de ser debatido de forma mais ampla. O Ministério do Trabalho está disposto a discutir e pacificar a forma de financiamento

dos sindicatos dos servidores. Sabemos das dificuldades que existem para a ação sindical. A revogação da instrução [de 2008] foi uma medida para que o pagamento do imposto seja feito de acordo com sustentação legal, dentro das atribuições do ministério, no âmbito do Executivo”, explicou o secretário de Relações do Trabalho do ministério, Manoel Messias.

Os direitos dos servidores não são regidos pela CLT, como os dos celetistas. Os regimes jurídicos dos servidores públicos municipais e estaduais são estipulados por leis próprias; os dos servidores federais, pela Lei 8.112. Segundo o secretário de Relações de Trabalho do Serviço

Público do Ministério do Planejamento, Sérgio Eduardo Mendonça, não há interesse em enfraquecer as formas de financiamento do movimento sindical, que, segundo ele, é estratégico para que existam entidades fortes e representativas. A secretaria é responsável pela negociação de termos e condições de trabalho e pela solução de conflitos no âmbito da administração pública federal.

A instrução normativa de 2008 determinava que os servidores públicos pagassem o valor correspondente à remuneração de um dia normal de trabalho, uma vez por ano, sem contabilizar hora extra. A CLT prevê a mesma norma para os trabalhadores celetistas. O montante recolhido com a contribuição vai para sindicatos das categorias, financiados por essa fonte de renda.

Na audiência, compareceram representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), da Central Sindical Popular (Conlutas), da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), da Força Sindical, da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis) e outros.

Fonte: Carolina Sarres da Agência Brasil

Sisejufe devolverá 60% para servidores sindicalizados

A direção do Sisejufe aguarda que os valores do imposto sejam depositados pela Caixa Econômica Federal na conta, do sindicato para assim poder devolver a parcela de 60% que recebe na distribuição dos valores para os sindicalizados. Assim a diretoria cumprirá

compromisso histórico de devolver o imposto descontado.

A direção do sindicato já encaminhou ofícios 061 e 062 aos setores de pagamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e a Sessão Judiciária do Rio de Janeiro solicitando a listagem com nome completo e os valores descontados

dos servidores a título de imposto sindical. Requereu ainda a elaboração de folha suplementar para a devolução desses valores, e que seja gerada Guia de Recolhimento da União (GRU) para depósito dos valores na conta do TRF2 e SJRJ.

Dessa forma o próprio TRF2 e a Sessão Judiciária farão o repasse da

devolução para os servidores em folha de pagamento. Este ano foi descontado dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Grau no Rio de Janeiro R\$ 488.337,06 a título de imposto sindical, sendo que 60% deste valor serão devolvidos aos sindicalizados.

Convênio oferece cursos gratuitos via online a sindicalizados

Os servidores do Judiciário Federal do Rio sindicalizados ao Sisejufe vão poder fazer cursos de capacitação online que darão direito a requerer o Adicional de Qualificação. Com aulas gratuitas, os cursos abrangem áreas de interesse do Poder Judiciário da União. Os interessados que fizerem os cursos, poderão requerer os adicionais de qualificação, que são de até 3% (é necessária a conclusão de 360 horas para ter este percentual). Para obter cada 1%, o servidor terá que concluir uma carga horária de pelo menos 120 horas em cursos. As inscrições estarão abertas até o final do mês de abril.

Com a inclusão, no PCS de 2006, da possibilidade de os servidores terem direito aos adicionais de qualificação (tanto de pós-graduação quanto de ações de treinamento), esses cursos passaram a ter grande demanda de toda categoria, que recorre a cursos pagos (tanto à distância quanto presenciais), para obterem os adicionais. Estes cursos têm um custo elevado para categoria, e muitas vezes, a qualidade das aulas deixa a desejar.

Diante desta necessidade, o sindicato firmou convênio exclusivo com o curso “Multiplus”, que mantém parceria com a Universidade Cândido Mendes. Serão módulos de 40 horas em cursos on-line, para os sindicalizados. Os participantes não terão nenhum custo. As inscrições serão feitas por meio da página do sindicato. Os alunos terão acesso ao material didático e ao final farão uma avaliação. Se forem aprovados, terão o certificado de conclusão.

Os cursos vão somar mais de mil horas, divididas em 25 módulos de 40 horas, que abrangem as seguintes disciplinas: Português, Direito Penal – Parte Geral, Processo

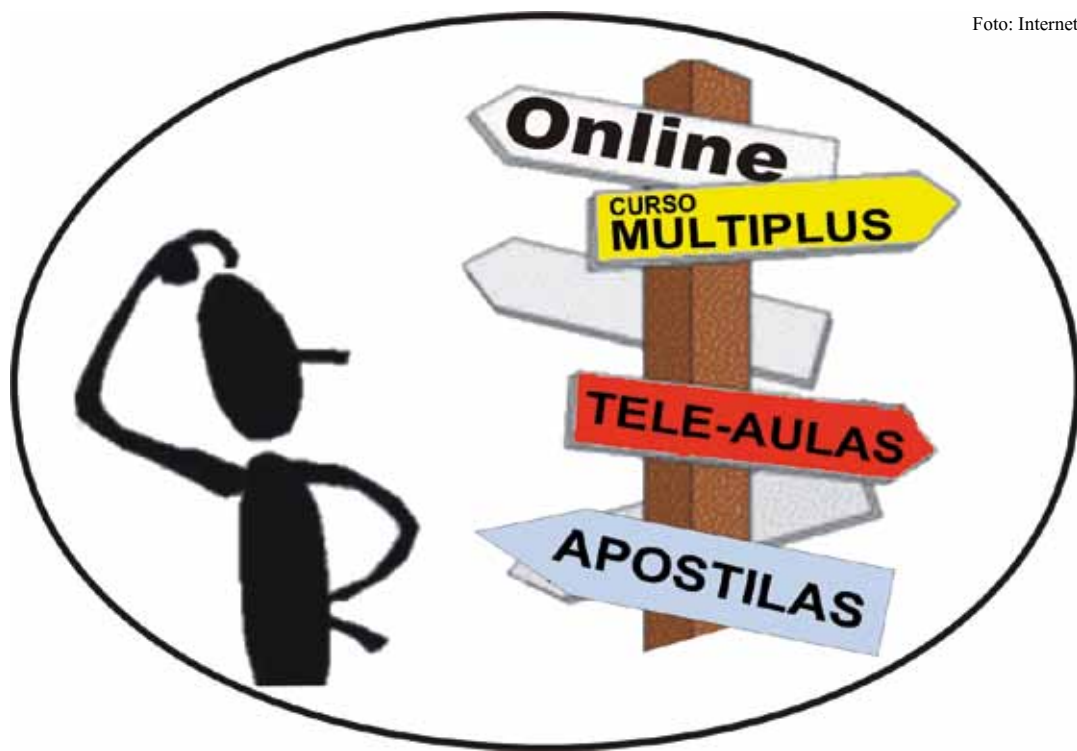


Foto: Internet

Após concluir aulas, servidores poderão requerer Adicional de Qualificação. As inscrições estarão abertas até o final do mês de abril

Penal, Administração Financeira e Orçamentária, Controle Interno, Direito Constitucional – Controle de Constitucionalidade, Direito Constitucional –, Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Direito Eleitoral, Processo Penal Eleitoral, Processo Judicial Eleitoral, Direito Penal Econômico, Licitação e Contrato, Pregão Eletrônico, Lei 8.112/90, Gestão Pública, Gestão de Pessoas, Segurança de Autoridade, Segurança Patrimonial disciplinas de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Processo Civil, Direito Penal, e Língua Portuguesa.

Todos os cursos foram elaborados exclusivamente para os sindicaliza-

dos do Sisejufe, e são destinados a todos os ramos do Judiciário, passando pelas diversas áreas de interesse dos tribunais. Segundo o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, os servidores sindicalizados vão acessar o link “cursos on-line”, na parte superior da página do sindicato. Clicando neste item, o sindicalizado usará o número do seu CPF e e-mail para entrar em uma área personalizada, chamada “Área do aluno”.

“O espaço será exclusivamente seu. Nesta área o servidor poderá escolher em quais cursos vai se inscrever, cada sindicalizado poderá se matricular em até dois cursos por

vez” explica.

Após a inscrição, o aluno terá acesso ao material didático, apostilas e tele-aulas, e em 15 dias poderá fazer a prova. É preciso ter no mínimo 60% de acertos para ser aprovado.

A prova será on-line e cada módulo terá um banco de 100 a 200 questões, das quais o sistema sorteará, aleatoriamente, 10 questões. Dessa forma, todos terão que estudar o material didático para fazer as provas. Caso não seja aprovado, outra prova será disponibilizada em uma semana. Se o aluno for aprovado, poderá se inscrever em outros cursos, que seguirão a mesma dinâmica.

“O espaço será exclusivamente seu. Nesta área o servidor poderá escolher em quais cursos vai se inscrever, cada sindicalizado poderá se inscrever em até dois cursos por vez”



As aulas serão ministradas por uma equipe de professores com doutorado e mestrado. Alguns são juízes, procuradores e advogados. Todos são professores universitários, e alguns da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O investimento que o sindicato está fazendo no convênio faz parte de uma demanda da categoria, incluída no Planejamento Estratégico de 2013; aprovado pela assembleia geral ordinária da categoria.

Assim, os sindicalizados contam com mais este serviço de qualidade, principalmente os lotados no interior, que poderão fazer os cursos com tranquilidade e sem custos. As inscrições serão feitas na página do sindicato por meio da Coordenação de Formação do Sisejufe. Até o final do mês de abril os cursos estarão disponíveis para o servidor.

Currículo dos professores

Direito do Trabalho **Professora Aline Leporaci**

Juíza do Trabalho do TRT da 1ª Região, Rio de Janeiro, desde setembro de 2003. Formada pela Universidade Cândido Mendes e com Pós Graduação em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes. Formação também pela Escola da Magistratura do Trabalho do TRT da 1ª Região. Professora convidada da Fundação Getúlio Vargas. Professora da Pós-Graduação da Universidade Cândido Mendes.

Direito do Trabalho **Professor Leandro Antunes**

Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes – UCAM. Pós-Graduado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – Rio de Janeiro – Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduado pela Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro/RJ – Direito Eleitoral. Mestrando em Educação pela Universidade de Jaen (Espanha). Professor de Direito e Processo do Trabalho.

Gestão de Pessoas **Professor Eduardo Gnisci**

Mestre em Administração Pública pela EBAPE – FGV e graduado em Administração pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é analista de Gestão na Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz atuante na área de Gestão de Pessoas. É coordenador do Curso de Graduação em Administração da Universidade Cândido Mendes. Foi pesquisador na FGV na área de Orçamento, Contabilidade e Custos no Setor Público. Atuou

como consultor na Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. É participante do grupo de pesquisa sobre Experiências Internacionais de custos no Setor Público. Atuou na Coordenação Executiva do Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público junto à FGV em parceria com o Ministério da Fazenda. Consultor da FGV junto ao Ministério da Fazenda – STN.

Gestão Pública **Professor Eduardo Gnisci**

Mestre em Administração Pública pela EBAPE – FGV e graduado em Administração pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é analista de Gestão na Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz atuante na área de Gestão de Pessoas. É coordenador do Curso de Graduação em Administração da Universidade Cândido Mendes. Foi pesquisador na FGV na área de Orçamento, Contabilidade e Custos no Setor Público. Atuou como consultor na Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. É participante

do grupo de pesquisa sobre Experiências Internacionais de custos no Setor Público. Atuou na Coordenação Executiva do Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público junto à FGV em parceria com o Ministério da Fazenda. Consultor da FGV junto ao Ministério da Fazenda (STN).

Administração Financeira e Orçamentária **Professor Eduardo Valadares**

Doutorado em Administração pela Universidad Nacional de Misiones. Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj. Especialização em Administração de Empresas pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ. Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Augusto Motta (Unisuam).

Gestão Estratégica da Segurança da Informação **Professor Frederico Sauer**

Doutor em Sistemas Computacionais (Tese em Gerência de Redes) e mestre em Ciências em Engenharia Elétrica (Dissertação em Segurança e Mobilidade na Internet) pela Coppe/Poli-UFRJ em 2007 e 1999, respectivamente. Auditor de Segurança da Informação Digital pela Marinha do Brasil de 1993 a 2010. Especialista em Análise de Sistemas e engenheiro pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em 1986, atua desde 1987



Continua na página seguinte

na área de Tecnologia da Informação. É professor do FGV Management desde 1999 e docente em cursos de graduação e pós-graduação em TI. Coordenador e professor de cursos de Pós-graduação em Redes de Computadores e Segurança da Informação desde 2004. Autor de artigos em congressos na área de Segurança e Mobilidade em Redes. Atualmente presta consultoria em Projetos de Redes e dedica-se à área de ensino.

Direito Penal – Parte Geral **Professor João Bosco**

Advogado criminalista com sede profissional em Niterói. Mestre em Ciências Criminais pela Universidade Cândido Mendes. Pós-Graduado em Magistério Superior de Direito pela Universidade Estácio de Sá. Bacharelado em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

Processo Penal **Professora Jociane Louvera**

Profissional liberal, atuando desde janeiro/2001. Experiência principalmente na área criminal, nas esferas estadual e federal. Graduada em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira, dez/2000. Especialista em Direito Público e Direito Privado na Universidade Estácio de Sá, dez/2003. Doutoranda desde jan/2011 em Ciências Jurídicas e Sociais pela prestigiada Universidad Del Museo Argentino.

Direito Penal Econômico **Professor José Panoieiro**

Procurador da República. Graduação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participou do “I Curso de Aperfeiçoamento no Combate à Lavagem de Dinheiro” realizado pela Escola Superior do Ministério Público da União e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios com carga horária de 92 horas – Brasília / DF (Junho/Setembro de 2005). Mestrando em Direito Penal – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – 2011/2012.



Fotos: Internet

Controle Interno **Professor Marcus Silva**

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ). Atualmente, ocupa o cargo de subsecretário de Controle Interno do Município de Niterói, atuando na reestruturação do Sistema de Controle Interno no referido município. É capitão-tenente do Corpo de Intendentes da Marinha do Brasil, da reserva não-remunerada, bacharel em Ciências Navais - Habilitação em Administração de Sistemas pela Escola Naval. Pós-graduado em Administração pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW).

Licitação e Contrato **Professora Valéria Cordeiro**

Pós-graduada em Direito da Administração Pública na Universidade Federal Fluminense. Consultora, palestrante, professora da Fundação Escola do Ministério Público da Paraíba (ESMIP), professora do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Controladoria em Serviços Públicos da Unifoa e do Curso de Pós-Graduação na Unibrasil – Faculdades Integradas do Brasil, no Curso de Especialização em Licitações e Contratos. Premiada no II Congresso Brasileiro de Pregoeiros em 2007. Reconhecida nacional-

mente pelo sucesso em mais de mil pregões realizados com êxito e por formar mais de 4 mil pregoeiros e aproximadamente 15 mil servidores públicos das diversas áreas da Administração Pública. Instrutora com atuação em nível nacional, ministrando congressos, seminários sobre licitações e contratos, em especial, treinamentos com abordagem prática de todas as etapas do procedimento de contratação, desde a elaboração da fase preparatória da licitação até a gestão e fiscalização de contratos. Atuação com Assessoramento Técnico na área de Licitações e Contratos desde 1996, pregoeira há 10 anos. Presidente da CPL durante 12 anos. Autora do Manual Prático de Licitações – Pregão Presencial e Eletrônico – 2007 – Edição Especial

– Seminário Administração Pública em Pauta. Autora do Livro Formação e Capacitação de Pregoeiros – Pregão Presencial e Eletrônico – Teoria e Prática Eficazes – Ed. Negócios Públicos – Coleção 10 anos de Pregão – 2008. Autora do Cartão de Referência de Formação de Pregoeiros – Edição 2009 – Editora Negócios Públicos.

Segurança de Autoridade **Professor Marcus Vinícius Teixeira**

Curso de Formação de Oficiais – APM D. João VI – conclusão em 2006; Especialização em Segurança e Cidadania – Cesec-RJ – conclusão em 2011; Especialização em Educação a Distância – Senac-RJ – conclusão em 2011. Criador de todo sistema para desenvolvimento de Cursos a Distância na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Segurança de Patrimonial **Professor Marcus Vinícius Teixeira**

Curso de Formação de Oficiais – APM D. João VI - Conclusão em 2006; Especialização em Segurança e Cidadania – Cesec-RJ – conclusão em 2011; Especialização em Educação a Distância – Senac-RJ – conclusão em 2011. Criador de todo sistema para desenvolvimento de cursos a distância na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.



Processo Penal

Licitação e Contrato

Direito Constitucional

Direito do Trabalho

Gestão de Pessoas

Pregão Eletrônico **Professora Valéria Cordeiro**

Pós-graduada em Direito da Administração Pública na Universidade Federal Fluminense. Consultora, palestrante, professora da Fundação Escola do Ministério Público da Paraíba (ESMIP), professora do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Controladoria em Serviços Públicos da Unifoa e do Curso de Pós-Graduação na Unibrasil – Faculdades Integradas do Brasil, no Curso de Especialização em Licitações e Contratos. Premiada no II Congresso Brasileiro de Pregoeiros em 2007. Reconhecida nacionalmente pelo sucesso em mais de mil Pregões Realizados com êxito e por formar mais de 4 mil pregoeiros e aproximadamente 15 mil servidores públicos das diversas áreas da Administração Pública. Instrutora com atuação em nível nacional, ministrando Congressos, Seminários sobre Licitações e Contratos, em especial, treinamentos com abordagem prática de todas as etapas do pro-

cedimento de Contratação, desde a Elaboração da Fase Preparatória da Licitação até a Gestão e Fiscalização de Contratos. Atuação com Assessoramento Técnico na área de Licitações e Contratos desde 1996, pregoeira há 10 anos. Presidente da CPL durante 12 anos. Autora do Manual Prático de Licitações – Pregão Presencial e Eletrônico – 2007 – Edição Especial – Seminário Administração Pública em Pauta. Autora do Livro Formação e Capacitação de Pregoeiros – Pregão Presencial e Eletrônico – Teoria e Prática Eficazes – Ed. Negócios Públicos – Coleção 10 anos de Pregão – 2008. Autora do Cartão de Referência de Formação de Pregoeiros – Edição 2009 – Editora Negócios Públicos.

Direito Constitucional **– Controle de** **Constitucionalidade** **Professora Viviane Pleyzy**

Mestre em Direito Constitucional. Faculdade de Direito de Coimbra, conclusão em 2011.

Pós-graduada em Direito Eleitoral. UCAM, conclusão em 2008. Pós-graduada em Direito Constitucional. Universidade Estácio de Sá, conclusão em 2009. Graduada em Direito. Universidade Estácio de Sá, conclusão em 2008. Graduação incompleta em Engenharia Civil, Unisum. Graduação incompleta em História, UFRJ. Curso técnico de Edificações, Cefet CSF, conclusão em 1997. Exerce o cargo de técnico judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do RJ. Monitoria na Disciplina Direito Civil – Universidade Estácio de Sá. Aprovada no concurso do TRF – 2ª Região. Aprovada no concurso para Escola de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Academia Dom João VI)

Direito Constitucional – **Direitos Fundamentais** **Professora Viviane Pleyzy**

Mestre em Direito Constitucional. Faculdade de Direito de Coimbra, conclusão em 2011. Pós-graduada em Direito Eleitoral.

UCAM, conclusão em 2008. Pós-graduada em Direito Constitucional. Universidade Estácio de Sá, conclusão em 2009. Graduada em Direito. Universidade Estácio de Sá, conclusão em 2008. Graduação incompleta em Engenharia Civil, Unisum. Graduação incompleta História, UFRJ. Curso técnico de Edificações, Cefet CSF, conclusão em 1997. Exerce o cargo de técnico judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do RJ. Monitoria na Disciplina Direito Civil – Universidade Estácio de Sá. Aprovada no concurso do TRF – 2ª Região. Aprovada no concurso para Escola de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Academia Dom João VI).

Redação Oficial **Professora Juliana Marins**

Graduada em Letras – UFRJ; Mestre em Língua Portuguesa – UFRJ; Doutora em Língua Portuguesa – UFRJ; professora de Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da UFRJ.

Sisejufe obtém no CNJ liminar em favor dos servidores médicos do TRT da 1ª Região

Foto: Anderson Paixão

A direção do Sisejufe, por meio do Departamento Jurídico, conseguiu liminar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que garante a jornada de 4 horas diárias e 20 horas semanais para os servidores médicos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT). O conselho atendeu o pedido do sindicato para sustar os efeitos do Ato 48/2013 da Presidência do TRT, que elevou para 8 horas diárias e 40 horas semanais a jornada dos médicos do tribunal.

“O CNJ possui vários precedentes reconhecendo a aplicação da jornada prevista em legislação especial aos servidores médicos do Judiciário da União, inclusive precedentes com caráter normativo. Esses precedentes têm por base a Lei 9.436 e o Decreto-Lei 1.445, que também fundamentam decisão do STF sobre a matéria. Mesmo após a revogação da Lei 9.436, o CNJ confirmou esses precedentes, porque permanecem em vigor as disposições do Decreto-Lei 1.445”, esclarece a advogada Aracéli Rodrigues, do escritório Cassel & Ruzzarin, que presta Assessoria Jurídica ao Sisejufe.

O pedido do sindicato ao CNJ contestou a adoção do Ato 48/2013, da Presidência do TRT da 1ª Região, que alterou o Ato 83/2009, revogando os incisos I e II do Artigo 5º deste último, que fixavam em 4 horas diárias e 20 semanais a jornada dos servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado, Medicina – Medicina Clínica, desde que não exercessem cargo em comissão ou função comissionada.

Em razão dessa revogação, a partir do dia 17 de abril os servidores médicos do TRT teriam de cumprir jornada de 8 horas diárias e 40 semanais, embora, segundo a advogada, haja legislação especial que fixe a

“O CNJ possui vários precedentes reconhecendo a aplicação da jornada prevista em legislação especial aos servidores médicos do Judiciário da União, inclusive precedentes com caráter normativo”, diz a advogada Aracéli Rodrigues

jornada dos médicos na forma como vinha sendo cumprida pela redação original dos incisos I e II do artigo 5º, do Ato 83/2009.

Desta forma, a direção do sindicato propôs procedimento de controle administrativo perante o CNJ, sustentando a nulidade do Ato 48/2013, por violar disposições do Decreto-Lei 1.445/76, cuja aplicação aos servidores médicos do Poder Judiciário é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e também por reiterados precedentes do próprio conselho. A diretoria do Sisejufe pediu, liminarmente, que fossem sustados os efeitos do ato administrativo, até a decisão final do procedimento administrativo.

Antes mesmo de dar entrada no procedimento administrativo, o



Departamento Jurídico do sindicato apresentara manifestação invocando os precedentes do Supremo e do CNJ sobre a jornada dos servidores médicos, pedindo, com base neles, que fosse mantida a jornada de 20 horas semanais. Sem considerar a manifestação do sindicato, o TRT editou o Ato 48/2013 e, em face deste, o Sisejufe fez o recurso, com pedido de efeito suspensivo, à Presidência do Tribunal.

Contudo, como o ato estava prestes a ser aplicado sem que o pedido de efeito suspensivo fosse analisado, o sindicato propôs o procedimento de controle administrativo (PCA nº 0001815-08.2013.2.00.0000) no CNJ, e teve deferido o pedido de liminar para sustar, desde logo, os efeitos do Ato 48/2013, no que

O pedido do sindicato ao CNJ contestou a adoção do Ato 48/2013, da Presidência do TRT da 1ª Região, que alterou o Ato 83/2009

se refere à fixação da jornada de trabalho dos servidores médicos do TRT da 1ª Região.

Departamento
Jurídico do Sisejufe.

Sindicato cobra da Presidência do tribunal solução para problemas

Max Leone*

A direção do Sisejufe discutiu em 18 de março, diretamente com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT), desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond, dois assuntos que afligem os servidores: jornada de trabalho dos médicos e a falta de condições de trabalho nos arquivos. Na audiência, o diretor-presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, e a assessora política da entidade, Vera Miranda, reivindicaram a reconsideração de ato da Presidência do TRT que manteve a jornada de trabalho dos médicos em 40 horas semanais. O sindicato pede que eles exerçam suas funções em jornada de 20 horas. (Leia matéria da página 6, que mostra que o sindicato conseguiu liminar no CNJ que garante a jornada menor). Também cobraram medidas para solucionar os problemas de falta de condições de trabalho nos setores de arquivos no bairro de São Cristóvão.

Valter lembrou que o sindicato protocolou requerimento em 23 de janeiro deste ano, baseado em entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que orienta a adoção de jornada de 20 horas para servidores ocupantes de cargo efetivo de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Medicina Clínica.

Sindicato protocola pedido de reconsideração

“O entendimento do CNJ abrange todos os servidores do Judiciário Federal, contrário à posição do Tribunal de Contas da União (TCU). O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) alterou posição e



Valter Nogueira Alves e Vera Miranda cobraram soluções de melhoras no TRT

adotou a jornada de 20 horas para os médicos. Pedimos então, a reconsideração da decisão do TRT – o Ato 48 - que estabelece que a jornada dos médicos do TRT seja de 40 horas”, afirmou Valter.

O diretor-presidente destacou que diante do impasse entre o entendimento do TCU e do CNJ, deveria prevalecer a orientação do conselho. A assessoria jurídica do Sisejufe protocolou no início da tarde do dia 18 de março, no gabinete da Presidência do TRT, pedido de reconsideração e suspensão dos efeitos do Ato 48.

No processo protocolado em 23 de janeiro (TRT DGA 032/08), o sindicato pede a manutenção da jornada dos Analistas, Especialidade Medicina, em 20 horas semanais. O procedimento se propunha alterar o Ato 83/2009, do próprio TRT, que fixava a jornada dos médicos em 20 horas semanais. No documento, o Sisejufe demonstrou que o entendimento do CNJ é pela manutenção da jornada de 20 horas, que deve prevalecer sobre o entendimento do TCU.

De acordo com o presidente do TRT, o processo de enquadramento dos médicos na jornada de 40 horas, seguindo determinação do TCU, foi

feito todo antes do começo de sua gestão. Segundo o desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond, ele somente assinou o documento oficializando o procedimento, confirmando os pareceres que recebeu para adoção das 40 horas, seguindo o entendimento do TCU. Mesmo assim pediu que o sindicato encaminhasse o pedido formal de reconsideração, o que já foi feito.

Falta de estrutura dos arquivos

A assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, fez breve, mas completo relato, a respeito da situação em que se encontram servidores dos setores de arquivos do TRT: Major Fonseca, Figueira de Melo e Mourão Vale, todos em São Cristóvão. Os problemas enfrentados nestes locais foram amplamente divulgados pelo sindicato. Com base em fotos e material impresso, Valter e Vera entregaram ao presidente do tribunal dossiê com detalhes mostrando o quanto é urgente uma intervenção nos setores para que as condições de trabalho sejam melhoradas.

“Insalubridade e a dificuldade do pessoal sair durante incêndio são fatores latentes. Há local que

carece de aclimação, pois não há ar-condicionado. Os servidores manuseiam documentos sem usar equipamentos adequados”, descreveu Vera.

O desembargador alegou desconhecer a situação, assim como pedido feito pelo sindicato para solucionar os problemas. “A burocracia emperra e atrapalha o andamento da solução dos problemas”, afirmou o presidente do TRT, que solicitou ao sindicato que fosse feito novo relatório e encaminhado formalmente. Ele se comprometeu a discutir o assunto em reunião da Comissão de Segurança do tribunal.

Sobre o pedido de perícia nos locais, o presidente alegou também que o TRT não possui peritos nem verba destinada para esse fim. Segundo o desembargador, não há rubrica no orçamento para fazer esse tipo de fiscalização interna de insalubridade. Valter Nogueira Alves sugeriu que o TRT contatasse a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) cujos técnicos do órgão têm condições de fazer a perícia nos locais de trabalho.

O presidente do Sisejufe aproveitou para questionar o corte de equipamentos para o pessoal da segurança. Segundo o desembargador, com a redução de R\$ 33 milhões para R\$ 14 milhões do orçamento geral, foram precisos ajustes. Ele disse que foi cortado fornecimento de uniforme preto e botas, mas que mantiveram equipamentos como algemas, taser, veículos elétricos da ronda ao redor da sede. Outra questão levantada pelo desembargador foi o alto custo para implementação do sistema de controle de acesso de público nas dependências dos tribunais. Ele afirmou que só foi possível adotar no prédio da Antônio Carlos.

*Da Redação.

Presidência recebe Sisejufe para di

“O único lugar digno é aqui. Não tem outro. Sou alérgica e já visitei diversas salas e senti o cheiro de mofo. Já disse algumas vezes que não sei o que seria de mim se tivesse que trabalhar lá. Tenho grande preocupação com isso”, afirmou Letícia Sardas

Tatiana Lima*

Em reunião com a presidenta do Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE), desembargadora Letícia Sardas, a direção do Sisejufe discutiu no dia 15 de março vários assuntos de interesse da categoria, como ajuda de custo para remoção a pedido, jornada de 6 horas, gratificações para chefias de cartório, assédio moral e lotação de servidores, melhorias nas instalações dos cartórios eleitorais e a obra da nova sede.

A audiência, que teve a participação do diretor-presidente Valter Nogueira Alves e do diretor sindical Moisés Leite, foi solicitada para levar à administração as principais reivindicações dos servidores, além de estabelecer o diálogo com a atual gestão do tribunal. Também participaram a diretora-geral do TRE, Regina Domenici, o secretário de Tecnologia da Informação, André Saltado, e o secretário de Gestão de Pessoas, Alan Amand Torres.

Ajuda de custo para remoção a pedido

Valter Nogueira Alves expôs à desembargadora Letícia Sardas que

a ajuda de custo visa compensar as despesas de instalação do servidor que passa a ter exercício em nova sede. Esta indenização, no âmbito do TRE, é paga somente quando o servidor é removido de ofício. Ocorre que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ); em procedimento de controle administrativo 000.4570-39.2012.2.00.0000, determinou ao Conselho da Justiça Federal (CJF) que alterasse a Resolução 4 de 2008, para fazer o pagamento de ajuda de custo também nas situações que forem a pedido do servidor ou magistrado.

Valter Nogueira informou ainda que o sindicato protocolou requerimento administrativo solicitando o pagamento da ajuda de custo a pedido, e ressaltou o fato de o TRE ter concluído concurso de remoção. Portanto, vários servidores que foram aprovados terão mudança de sede e justificam à ajuda de custo. A presidenta informou que analisará o pedido assim que o requerimento tiver o parecer da área técnica. Letícia Sardas também destacou que será necessário averiguar a disponibilidade orçamentária do tribunal para o pagamento e que, inclusive, tratará o tema em Brasília.

Jornada de seis horas

Na ocasião, os diretores do Sisejufe Moisés Leite e Valter Nogueira



Presidenta do TRE Letícia Sardas junto com assessores se reúne com dirigentes sindicais para conversar

Alves reivindicaram a implantação da jornada de 6 horas. Eles ressaltaram para a presidenta do TRE que esta é uma luta prioritária da categoria e que alguns tribunais eleitorais já adotaram a jornada. Dentre eles, os TREs de Minas Gerais e São Paulo. Valter informou à presidenta que o sindicato protocolaria requerimento com o pedido. Desta forma, a Presidência do tribunal poderia analisar os argumentos do sindicato.

Letícia Sardas disse não ter posição a respeito da questão, mas prometeu analisar a solicitação. Ela enfatizou que ainda “precisa se debruçar melhor sobre o caso e verificar como funciona a jornada nos outros tribunais e instâncias do Judiciário Federal”. Por isso, a presidenta pediu para que este ponto de pauta fosse debatido com a direção do Sisejufe posteriormente.

Assédio moral

O diretor-presidente do Sisejufe

fez um relato detalhado das remoções dos servidores da segurança que participaram da greve no ano passado. Informou à presidenta do TRE, Letícia Sardas, que ele mesmo procurou a administração para propor rodízio entre servidores da área de segurança, se houvesse mesmo a necessidade de removê-los para polos eleitorais. Disse que a Secretária de Gestão de Pessoas à época conversou com o assessor de segurança e que, mesmo assim, não foi reconsiderado.

Foram mostrados documentos que comprovam que os coordenadores de polos não solicitaram segurança e que estes já contavam com presença da Polícia Militar 24 horas por dia. Valter ressaltou que o assédio continua, e que o sindicato não pode admitir que servidores que participaram da greve continuem sendo removidos.

O diretor sindical Moisés Leite, um dos agentes de segurança que

discutir reivindicações da categoria

Fotos: Tatiana Lima



Discutir sobre demandas da categoria

sofreram retaliação da antiga administração do tribunal, também explicou à desembargadora Letícia Sardas que somente ele conseguiu retornar ao local de origem de trabalho: à sede do TRE. Mesmo assim, foi de forma judicial.

Letícia Sardas informou que a assessoria de segurança do tribunal



Valter Nogueira Alves

está sendo ocupada por um delegado de polícia, e que as questões referentes à área serão conduzidas exclusivamente por ele. Ela também afirmou que o quadro dos agentes de segurança do tribunal é um dos temas sobre os quais ela tem pessoalmente se debruçado e dado atenção. Para ela, há necessidade de quantitativo maior de servidores nesta função para garantir política permanente de segurança institucional. Uma das metas é que “até as eleições de 2014, todos os eleitores do Rio já possuam cadastro biométrico”, afirmou.

A preocupação com o tema é grande. De acordo com a presidenta do tribunal, uma das primeiras medidas tomadas por ela foi alterar a estrutura da Assessoria de Segurança. O setor foi dividido em dois: Assessoria de Relações Institucionais e Assessoria de Segurança. Ambas comandadas por delegados de polícia: um federal e outro civil. Foi justamente a partir do levantamento feito pelos setores que a Presidência do TRE detectou a necessidade de um maior número de agentes de segurança no quadro funcional.

A presidenta Letícia Sardas pediu ao sindicato que faça solicitação de reunião com os delegados José Alberto (Assessoria de Relações Institucionais) e Pedro Luís (Assessoria de Segurança) para conversar sobre a reestruturação da área. Também informou que haverá cursos de capacitação para os agentes de segurança em breve. “Para diminuir custos, vamos trazer uma pessoa para dar curso aqui no Rio”, informou a diretora-geral Regina Domenici. Além disso, Letícia Sardas disse que já solicitou verbas para 2014 a fim de contratar vigilantes terceirizados.

Nova Sede

Segundo Letícia Sardas, “as condições de infraestrutura da atual

sede são precárias”. O único espaço com boa qualidade de trabalho no prédio que abriga o tribunal, na Avenida Presidente Wilson, seria o 10º andar, onde está a Presidência do TRE.

“O único lugar digno é aqui. Não tem outro. Sou alérgica e já visitei diversas salas e senti o cheiro de mofo. Já disse algumas vezes que não sei o que seria de mim se tivesse que trabalhar lá. Tenho grande preocupação com isso”, afirmou Letícia Sardas.

Outra medida tomada, de acordo com ela, foi conseguir uma liberação de emenda orçamentária por meio do apoio do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que já está viabilizada no orçamento.

O problema dos cartórios eleitorais tanto quanto do fim das obras da nova sede referente às infraestruturas, é orçamentário, segundo a presidenta do TRE. Para tentar melhorar a situação e agilizar o



Moisés Leite

processo de liberação de verba, Letícia Sardas afirmou que levou ao conhecimento dos conselheiros do Tribunal de Contas da União (TCU) a situação de precariedade da atual instalação da sede.

Condições de trabalho nos cartórios eleitorais

Já sobre a situação das péssimas condições de trabalho em cartórios eleitorais exposta pelo diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, a desembargadora Letícia Sardas informou que vem tentando uma parceria com as prefeituras dos municípios, dentre eles Duque de Caxias, Saquarema e Nova Iguaçu. A ideia é conseguir que as prefeituras acomodem as ZEs em outros locais, ou seja, fiquem responsáveis pelo pagamento dos aluguéis das instalações que abrigam os cartório eleitorais.

“Estamos em contato com os prefeitos para viabilizar novas instalações. Estou ciente dos problemas, mas é um trabalho de formiguinha. A busca da parceria é para resolver o problema rápido, pois teríamos que aguardar liberação de nova verba orçamentária”, disse Letícia Sardas.

Isonomia de funções dos chefes de cartórios

Segundo Letícia Sardas, o tema já vem sendo pautado com a ministra Cármen Lúcia, presidenta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em reuniões em Brasília. Ela disse que os presidentes dos tribunais eleitorais, juntamente com a ministra, têm dado prioridade ao tema. Por isso, ela diz acreditar que em breve o projeto estará no Congresso. Além disso, a presidenta do tribunal informou aos diretores sindicais que já foi solucionado o problema de computadores para registro de saída e entrada de servidores no polo eleitoral de Caju e da Avenida Rodrigues Alves.

*Da Redação.

Unimed-Rio promove acompanhamento domiciliar de servidores associados ao Sisejufe

Tatiana Lima*

Desde fevereiro de 2013, por meio do programa “Para Viver Melhor”, a Unimed-Rio faz acompanhamento domiciliar de servidores associados ao plano pelo convênio do Sisejufe. A política de atendimento em casa é gratuita e foi implementada a partir de pedido do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP). O atendimento faz parte do gerenciamento de doentes crônicos.

O programa orienta e acompanha a saúde e o tratamento dos servidores que estão na “melhor idade”, por meio de atendimento de uma equipe multidisciplinar e visa à melhoria da qualidade de vida do paciente. A Unimed-Rio tem enviado carta-convide aos associados com perfil para participar do “Para Viver Melhor”.

Segundo a enfermeira Débora Pereira, da Unimed Rio, a empresa faz pré-seleção dos clientes crônicos a partir do uso da rede: consultas médicas e exames cardiológicos e para avaliação de condição diabética, hipertensão e cardiopatias. “O sistema procura possíveis clientes elegíveis e depois a equipe vai até a casa do cliente e verifica se de fato há a necessidade desse acompanhamento”, explica.

Atualmente, o atendimento é feito pela empresa Procare, que possui larga experiência em prevenção e educação médica individualizada. O acompanhamento médico é feito de acordo com o perfil de cada cliente por uma equipe multidisciplinar: enfermeira, assistente social, fonoaudiólogo e fisioterapeuta. “Conforme o estado clínico de cada participante é feito o acompanhamento que pode ser só pela enfermagem até um dos profissionais da equipe multidisciplinar”, afirma Débora Pereira.

A pré-seleção é elaborada pela Procare por contato telefônico com o associado para o levantamento de informações e detalhamento da proposta de ação de acompanhamento. Se for confirmado o perfil crônico do cliente, a empresa agenda a visita domiciliar. No dia, o participante assina um termo de adesão ao programa. Atualmente, 8 mil clientes da Unimed-Rio contam com o serviço.

A enfermeira Débora Pereira destaca que os quadros crônicos provenientes de doenças cardiológicas, diabetes e hipertensão, representam alguns dos maiores índices de mortalidade no país. Por isso, a empresa iniciou o serviço de acompanhamento dos quadros crônicos a partir do Programa “Para Viver Melhor”. “A intenção é tentar evitar o estado de emergência que fragiliza psicologicamente o paciente e a família”, disse a enfermeira.

Prevenção

A aposentada Maria Helena Motta, de 77 anos, pode comprovar a dinâmica do serviço e recebeu a visita da equipe médica em 15 de fevereiro. Moradora da Glória, ela foi uma das selecionadas para participar do acompanhamento de quadros crônicos, pois tem hemocromatose, que é um distúrbio hereditário relacionado ao metabolismo de ferro pelo organismo. A sobrecarga de ferro pode causar disfunção e insuficiência de diversos órgãos, em especial o coração, o fígado e o pâncreas endócrino. Também pode gerar complicações como arritmias, insuficiência cardíaca, cirrose hepática, diabetes e artrite.

“Uma enfermeira extremamente atenciosa veio até minha casa junto com uma equipe. Ela fez levantamento de dados, mediu minha pressão, a glicose e fez longa entrevista comigo tomando nota de todos os dados de saúde, problemas de saúde

Foto: Tatiana Lima



Aposentada Maria Helena Motta junto do marido. Ela recebeu atendimento médico em casa

O programa “Para Viver Melhor” desde janeiro passou a atender usuários do plano do Sisejufe em casa. Ação é voltada para pacientes com quadro crônicos de doenças. A ativação do serviço foi solicitada pelo Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) do sindicato

No Centro, a coordenadora do DAP, Lucilene Lima acompanhada da nutricionista Hedyane Warrak do Espaço Gourmet da Unimed-Rio (à esquerda) e a executiva da Área de Relacionamento com o Cliente, Luciana Pires, na Jornada de Qualidade de Vida, em agosto do ano passado



e cirurgias que fiz, além do nome dos médicos que já me acompanham. O atendimento é bem completo”, garante a aposentada Maria Helena Motta.

Ela destaca que após a primeira visita a equipe já ligou para saber da saúde dela cinco vezes. “A enfermeira que fez a visita domiciliar explicou que há participantes que todo mês recebem a visita da equipe. Já em outros casos, a visita pode ser feita a cada três ou seis meses. Varia de acordo com a necessidade de cada paciente. Porém, avisou que eles sempre ligariam. E, de fato, ligam”, conta a aposentada.

A equipe do programa “Para Viver Melhor” também orienta os participantes quanto à alimentação e exercícios físicos. “Como sou diabética, eles me deram um guia de orientações sobre a doença e tiraram dúvidas. Além disso, fizeram o controle do meu peso e deixaram dois telefones para qualquer atendimento de emergência e outro número de apoio em caso de necessidade”, conta a aposentada.

O marido da aposentada, o servidor Roberto Motta, também disse estar satisfeito com a iniciativa surgida a partir de negociações do Departamento de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe. “Achei bem preventivo e interessante esse programa de acompanhamento. É bom para o plano e para minha esposa. Cuida, mas prevenindo antes de tudo”, opina.

Desde agosto de 2012, o DAP passou a promover diversas palestras para promoção da qualidade de saúde dos aposentados e pensionistas do segmento. Na “Jornada de Qualidade de Vida”, realizada na reunião do departamento, profissionais da Unimed-Rio atenderam no sindicato aposentados, pensionistas e funcionários do Sisejufe. Foram feitas medições de pressão arterial e glicose, além de palestras sobre alimentação.



Na foto, enfermeira da Unimed Rio atende um dos aposentados. Equipe da Unimed fez medição de pressão arterial e glicose, e deu orientações sobre alimentação

*Da Redação.

Não acabaremos com a desigualdade sem acabar com o modelo machista e patriarcal, afirma secretária cutista

Foto: Dino Santos/CUT Nacional



O vermelho da CUT se uniu ao lilás da luta das mulheres num final de tarde de forte conteúdo político. As mulheres deixaram claro que o Dia Internacional da Mulher é, sobretudo, um dia de luta

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, milhares de trabalhadoras foram às ruas de todo o país para defender a igualdade. Em 2013, a pauta da CUT e dos movimentos sociais teve oito eixos: descriminalização e legalização do aborto; salário igual para trabalho igual; participação política e poder paritário; garantia de direitos para as trabalhadoras domésticas; fim de todas as formas de violência contra a mulher; compartilhamento das tarefas

domésticas e de cuidados; creches públicas, de qualidade e de período integral e contra a mercantilização de corpos e de vidas femininos.

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva, fez um resumo dos 10 anos de atuação da pasta. Também falou sobre a pauta das mobilizações e quais ações podem integrar homens e mulheres na discussão contra a desigualdade.

Ideias – Em 2013, a transformação da Comissão de Mulheres da CUT em secretaria

completa 10 anos. O que mudou?

Rosane Silva – As secretarias têm espaço na Executiva para apresentar temas, construir políticas, são parte da construção do planejamento, enquanto as comissões não têm planejamento específico, são vinculadas às secretarias. Com a transformação, passamos a pensar políticas conjuntas para toda a CUT, mas com o olhar das mulheres.

Ideias – Quais os grandes avanços?

Rosane – Alguns ramos passaram a se dedicar a estudar a vida das trabalhadoras e pensar pautas específicas para mulheres. Os setores químico e de vestuário têm cumprido esse papel, o da construção civil também começa a se preocupar com as mulheres na pauta de reivindicações. E o grande avanço é no setor bancário, que tem negociação nacional e mesa

específica para discutir igualdade de oportunidades. Além disso, as CUTs e os ramos se preocupam cada vez em construir mecanismos que tragam as mulheres para espaços de direção. Ocupar espaços de decisão envolve preparação e investir em formação.

Ideias – A CUT tem feito a lição de casa?

Rosane – Temos dado passos importantes, mas, como vivemos numa sociedade patriarcal e machista, nunca é satisfatório. No próximo período vamos fortalecer mais a formação para ampliar a atuação política das mulheres. Precisamos de pessoas comprometidas com nossa pauta. Não basta ser mulher, tem que estar comprometida com nosso projeto. Hoje temos nove mulheres presidentas na CUT e percebemos que, onde comandam, nossas demandas ganham atenção.

Ideias – Dá pra acabar com a desigualdade sem acabar com o machismo?

Rosane – Não, porque só termos de fato uma sociedade igualitária se rompermos com essa estrutura. Historicamente, sempre cumprimos o papel de cuidar da família, dos filhos, da casa e aos homens é delegado o espaço público, do mundo do trabalho, dos esportes e da diversão. As mulheres devem assumir nossa pauta para que rompam esse sistema machista.

Ideias – Como fazer para que o tema da descriminalização do aborto não fique restrito aos movimentos sociais e ganhe as ruas?

Rosane – Temos trabalhado em duas frentes: primeiro, dando publicidade a uma cartilha da CUT que

trata do tema de maneira simples e de fácil compreensão e que tem instrumentalizado as nossas mulheres, respondendo um pouco à polêmica. E também atuamos junto ao movimento feminista na frente nacional pela legalização e descriminalização do aborto, que tenta levar de um modo geral a nossa pauta e organizar lutas para mostrar à sociedade brasileira que não é só uma luta da CUT e do movimento feminista, mas das mulheres que desejam construir outra sociedade. Não somos contra as mulheres que queiram ter seus filhos e, inclusive, reforçamos que o Estado deve assisti-las, por isso temos avançado no debate sobre a licença maternidade e creche. Mas, no caso em que não queiram ter, quando ocorre uma gravidez indesejada, possam decidir livremente se querem ter aquele filho ou construir outro método. Não queremos o aborto como método contraceptivo, mas, queremos que seja o último mecanismo a que possam recorrer, caso não tenham nenhum outro.

Ideias – Até pouco tempo falava-se que a Lei Maria da Penha era boa, mas faltavam instrumentos para cumpri-la. O problema persiste?

Rosane – A Lei Maria da Penha é um instrumento poderosíssimo. Vivemos um primeiro momento de divulgar a lei e agora de fazer com que as mulheres compreendam e se conscientizem de que esse é um direito e devem denunciar. Apesar de a lei ser federal, depende de estados e municípios para ser aplicada. Muitos gover-

nos estaduais e municipais não consideram essa uma questão prioritária, deixando a política para mulheres renegada a quinto plano, sem orçamento e sem organismo interno. Lutamos para que todos os estados e cidades tenham mecanismos de assistência às mulheres, como espaços para proteção e acompanhamento psicológico para superar o momento de violência que viveram, após denunciarem, e não somente delegacias.

Ideias – Direito à creche é um direito consolidado?

Rosane – Está na Constituição que a creche é um dever do Estado e um direito da criança, mas, se os governos não consideram esse um tema prioritário e não destinam recursos, essa política acaba não se efetivando. O governo brasileiro, a partir da eleição da presidenta Dilma, decidiu que creche era um tema central, então, tem mandado recursos para os municípios. Mas, isso deve ir além da construção de prédios, porque se não há profissionais qualificados para trabalhar, o problema persiste. E é dever dos movimentos sociais lutar para que o dinheiro que sai do governo federal para ser aplicado nessa política seja realmente usado para esse fim.

Ideias – Um dos temas mais debatidos é a mercantilização do corpo das mulheres. O que é preciso fazer para enfrentar isso?

Rosane – O primeiro passo é discutir e romper com o princípio

da beleza ideal que os veículos vendem: a mulher magra, alta, loira, de cabelo liso. Não há outra forma a não ser conversarmos entre nós, mulheres, para não ficarmos presas a um modelo imposto diante da concorrência desleal. Além disso, há uma luta central da CUT e de parceiros dos movimentos sociais para democratizar os meios de comunicação para que tenhamos nossos próprios meios de difundir valores e desconstruir o modelo que a mídia impõe o tempo todo.

Ideias

– Apesar de a maior parte da sociedade brasileira ser composta por mulheres, esse quadro ainda não se reflete nos espaços de poder, mesmo elegendo uma presidenta. O que é possível fazer para alterar esse cenário?

Rosane – Um primeiro passo é fazer o que já estamos fazendo na CUT, aprovando a paridade, dando esse exemplo para a sociedade. As organizações devem começar a mostrar que o espaço público também é das mulheres. A outra é debater uma reforma política que as privilegie, além dos jovens, dos negros, que são os grandes aliados do espaço de poder. Não é possível alterar a estrutura política no nosso país sem fazer a reforma para alterar a forma de elegermos os nossos parlamentares, com as listas fechadas em que haverá alternância de projeto político e aí o cidadão votará num projeto político e não nas pessoas. E também com o financiamento público de campanha. [CUT Nacional]



Mulheres ocupam Central do Brasil no 8 de março

No Rio, sindicatos cutistas ganharam o reforço de entidades parceiras e partidos políticos do campo popular. Uma manifestação organizada pela CUT-RJ marcou a passagem do Dia Internacional de Luta da Mulher na Central do Brasil. A ação de ocupação do espaço aconteceu no horário em que as trabalhadoras e os trabalhadores voltavam para a casa depois do expediente. Militantes e dirigentes sindicais presentes distribuíram panfletos e jornais sobre a importância do Dia 8 de Março, além de uma cartilha sobre a Lei Maria da Penha.

Chamou a atenção o grande interesse das mulheres (e também dos homens) pelos discursos e pelo material distribuído. Muitas abordavam as sindicalistas para tirar dúvidas sobre a Lei Maria da Penha ou falar sobre problemas trabalhistas e familiares. O fato é que o vermelho da CUT se uniu ao lilás da luta das mulheres num final de tarde de forte conteúdo político, pois as mulheres deixaram claro que o Dia Internacional da Mulher é, sobretudo, um dia de luta. [CUT Rio]

“Não somos contra as mulheres que queiram ter seus filhos e, inclusive, reforçamos que o Estado deve assisti-las, por isso temos avançado no debate sobre a licença maternidade e creche. Mas, no caso em que não queiram ter, quando ocorre uma gravidez indesejada, possam decidir livremente se querem ter aquele filho ou construir outro método”.

TRE-RJ autoriza pagamento da diferença de valores do auxílio-alimentação

O pagamento será condicionado à disponibilidade de dotação orçamentária, observados, ainda, a prescrição quinquenal, a incidência de correção monetária e juros de mora, de acordo com a legislação vigente. A Resolução é assinada pela presidente do TER, Letícia Sardas

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro reconheceu, por meio da Resolução 836/12, que os servidores e servidoras de seu quadro de pessoal terão direito a receber as diferenças do auxílio-alimentação. Os valores podem chegar a R\$ 5 mil para os servidores que entraram na Justiça antes de abril de 2008. Segundo a resolução, fica autorizado o pagamento da diferença do auxílio-

alimentação existente entre os valores recebidos pelos servidores do tribunal e os valores recebidos pelos servidores dos Tribunais Superiores, até 19 de dezembro de 2011. O Sisejufe apurou que já foi solicitada junto ao TSE a dotação orçamentária para o pagamento dos valores, mas ainda não foi disponibilizada.

O pagamento será condicionado à disponibilidade de dotação or-

çamentária, observados, ainda, a prescrição quinquenal, a incidência de correção monetária e juros de mora, de acordo com a legislação vigente. A Resolução é assinada pela presidente do TER, Letícia Sardas.

Os servidores e servidoras dos Tribunais Regionais e Seções Judiciárias receberam valores de auxílio-alimentação menores que os servidores e servidoras dos Tribunais Superiores. Por esse motivo, para que seja garantida a isonomia dos valores pagos no âmbito do Poder Judiciário da União, é que o Sisejufe requereu tanto no âmbito administrativo, quanto judicial, o pagamento da retroatividade, que é do período de 1º de abril de 2008 a 5 de dezembro de 2011.

O sindicato lembra que só recentemente o valor deste benefício foi uniformizado, a partir de ato do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunais Superiores, Conselho da Justiça Federal (CJF), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-

-DF), que assinaram a Portaria Conjunta 5, de dezembro de 2011.

Antes disso, os órgãos da Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar pagavam valores diferentes para este benefício, geralmente menores do que aqueles praticados pelos tribunais superiores. É esta diferença histórica, que trouxe prejuízos a vários servidores que recebiam o valor menor, que a entidade visa combater com o ajuizamento da ação.

Embora só recentemente a administração do Poder Judiciário tenha admitido a necessidade de uniformizar o valor em R\$ 710, com fundamento no princípio da isonomia garantido pela Constituição e na própria Lei do Plano de Cargos e Salários do Judiciário (Lei 11.416, de 2006), a ação pretende o pagamento da diferença entre os valores até então repassados e os maiores valores recebidos pelos servidores da carreira.

Fonte: Sisejufe.

Comissão Jurídica da Fenajufe discute ações em defesa da categoria

A Comissão Jurídica da Fenajufe se reuniu em 3 de abril, em Brasília, para discutir, dentre outros temas, os efeitos da Lei 12.774/12, como o reenquadramento dos Auxiliares Operacionais em Serviços Diversos e também a redução do número de padrões na carreira dos servidores do Judiciário e MPU. A comissão entende que, embora seja possível a elaboração de teses em relação a algumas ações que estão sendo anunciadas, há que se ter cautela, pois podem esbarrar na jurisprudência dos tribunais que poderão julgá-las improcedentes.

Ficou decidido na reunião que serão elaboradas minutas judiciais a respeito da situação da compactação dos níveis da carreira de 15 para 13 padrões

“Isso não impede o ajuizamento de determinadas medidas, mas exige que os sindicatos e a própria Fenajufe tenham plena consciência dos riscos de uma eventual ação judicial”, alerta o coordenador da assessoria Jurídica Nacional da Federação, Pedro Maurício Pita Machado.

Pita considera ainda que a trans-

ferência do debate agora se dá da área jurídica para a área política, mesmo reconhecendo que é comum a busca por soluções judiciais quando não se alcançam as demandas pelo viés político.

Ficou decidido na reunião que serão elaboradas minutas judiciais a respeito da situação da compactação dos níveis da carreira de 15 para 13

padrões e também medidas relativas à reestruturação de cargos no Ministério Público União, proposta pela PGR.

Com relação a outros temas, estão sendo remetidas notas técnicas para a executiva da Fenajufe, inclusive para a realização de seminários, a exemplo do Teletrabalho – regulamentado recentemente pela Justiça do Trabalho – e também sobre o Funpresp. O Fundo tem prazo até outubro de 2014 para a adesão ou não por parte dos servidores que estão submetidos ao regime previdenciário anterior à criação do Funpresp. (Fonte: Fenajufe)

Congresso aponta direção que será seguida nos próximos três anos

As atenções dos servidores do Judiciário Federal de todo o país estarão voltadas para a pequena cidade de Caeté, em Minas Gerais, entre 26 e 30 de abril. Neste período acontece o 8º Congresso Nacional da Fenajufe (8º Congrejufe) que discutirá temas como conjuntura internacional e nacional, organização sindical, alteração estatutária, pauta de reivindicações, plano de lutas e políticas permanentes, entre outros assuntos. Manutenção da filiação da Fenajufe à CUT, organização da carreira e direito de greve do funcionalismo público prometem ser pontos que vão provocar intensos debates. Também será eleita a próxima direção da federação, que cumprirá o papel de organizar a categoria no triênio 2013-2016. O evento também comemora os 20 anos da Fenajufe.

O Rio vai participar com a segunda maior delegação entre sindicatos filiados à entidade. Os servidores do Judiciário Federal do estado serão representados por 51 delegados. Três chapas disputaram as vagas para formação da delegação. A Chapa 1 – Mais Fenajufe – elegeu 30 representantes, com 128 votos; a chapa 2 – Fenajufe Independente e de Lutas – terá 19 delegados por ter recebido 81 votos; e a Chapa 3 – Fenajufe Independente de Partido – obteve sete votos e elegeu dois delegados.

Delegados da Chapa 1 – Mais Fenajufe: Roberto Ponciano Gomes de Souza Junior, Flavio Furtado, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Olker Guimarães Pestana, Edson Mouta Vasconcelos, Willians Faustino de Alvarenga, Francisco Costa de Souza, Soraia Garcia Marca, Carlos Eduardo Lemos Nani, José Fonseca dos Santos, Jefferson Moreira de Oliveira, Iuri Barbosa Matos Peixoto, Joel

Entre 26 e 30 de abril, delegados vão discutir rumos que Fenajufe vai adotar na organização da luta da categoria. Nova direção da federação será eleita

Lima de Farias, Wallace Nascimento da Silva, Antônio Carlos Lemos Esteves, João Souza da Cunha, Michel Carneiro da Silva, Adriana Aparecida Tangerino Otero, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Alberto Carlos Osório Dias, Edilson Alves de Moura Silva, Ligia de Siqueira Porto, Dirce Maria Barros Magioli, Cesar de Souza Barros, Marcio Loureiro Cotta, Fabiano Santos Nobre, Marcos André Leite Pereira, e Eduardo Freitas Macedo Reis.

Suplentes da Chapa 1 – Mais Fenajufe: Claudio Vieira Amorim, Marco Antônio Anésio, Marcio de Souza Marques, Ricardo da Silva de Souza e Washington Severino da Conceição.

Delegados da Chapa 2 – Fenajufe Independente e de Lutas: Sérgio Feitosa, Leandro Adena Amorim, Marcos Valério Lemos Raposo, Leonardo Couto Chueri, Jairo Moura da Silva, Wanderson Leão Alves, Elysangela Benincá, Luís Carlos de Freitas, Gustavo

Cezar Costa Mendes Franco, José Roberto de Moraes Junior, Rinaldo Martins de Oliveira, Maria Cecília Radetic, Carlos Antônio, Pereira de Almeida, Marcelo Costa Neres, Fernando Bastos Camacho, Acácio Henrique Aguiar, Paulo Alberto Gurjão de Oliveira, Helênio Porto Barros e Sérgio Pereira.

Suplentes da Chapa 2 – Fenajufe Independente e de Lutas: Eli Cezar Ribeiro, Isabela Matheus, Orlando Lima Cardoso, Darvin Marcondes Silva e Demarco Paiva Teixeira.

Delegados da Chapa 3 – Fenajufe Independente de Partidos: Denis Lopes de Souza e Luiz Alberto Pereira Feitosa.

Suplentes da Chapa 3 – Fenajufe Independente de Partidos: Tobias Luiz Isaac, Sérgio Gonçalves Ferreira, Marcio Lucio de Freitas, e Ary Sant' Anna.

Confira a programação do 8º Congrejufe

26/04 – (sexta-feira)

14h – Início do credenciamento
15h – Solenidade de abertura e ato comemorativo dos 20 anos da Fenajufe
16h30 – Lanche
17h – Regimento Interno e Apresentação de Recursos
18h – Debate: Conjuntura Nacional e Internacional
19h – Término do credenciamento do dia
19h30 – Confraternização

27/04 – (sábado)

09h – Regimento Interno e Apresentação de Recursos
10h – Apresentação das teses gerais
13h – Almoço
14h – Término do credenciamento dos titulares e início do credenciamento dos suplentes
14h – Apresentação das teses específicas e eleição da comissão

eleitoral

16h – Término do credenciamento dos suplentes
16h – Trabalho de grupo
19h – Jantar
20h – Reunião com os relatores dos grupos

28/04 – (domingo)

09h – Trabalho de grupo
13h – Almoço
14h – Plenária Final: Conjuntura, pauta de reivindicações e plano de lutas

16h30 – Lanche

17h – Plenária Final: Regimento eleitoral e organização sindical
19h – Jantar
20h30 – Reunião com os relatores dos grupos

29/04 – (segunda-feira)

09h – Plenária Final: Balanço da atuação da Fenajufe, políticas permanentes e moções

12h30 – Almoço

14h30 – Plenária Final: Continuação da manhã

16h30 – Lanche
17h – Encerramento das inscrições de chapas
17h – Plenária final: Prestação de Contas

18h – Plenária final: Resultado da Sindicância
19h30 – Jantar
20h30 – Reunião com os relatores dos grupos

30/04 – (terça-feira)

09h – Plenária Final: alteração estatutária e apresentação das chapas
12h – Almoço

13h – Eleição da Diretoria Executiva da Fenajufe e do Conselho Fiscal

17h30 – Posse da Diretoria Executiva da Fenajufe e do Conselho Fiscal
18h – Encerramento do 8º Congrejufe

Para não esquecer o Golpe de 1964

Foto: Coletivo Fotografia Expandida

O dia 1º de abril de 2013 marcou o 49º aniversário da implantação golpista da ditadura militar brasileira. Em todo país, a sociedade foi às ruas para protestar contra esse atentado à democracia e à soberania do nosso povo, clamando por Verdade, Memória e Justiça e reafirmando o desejo de viver em uma pátria livre. No Rio, não foi diferente. Centenas de manifestantes de diversas entidades, organizações, partidos políticos e da sociedade civil estiveram reunidos na histórica Cinelândia, palco emblemático das lutas sociais do povo brasileiro. Um momento emocionante foi quando houve a projeção do corpo enforcado do jornalista Vladimir Herzog, morto pela ditadura, na fachada do prédio do Clube Militar.

O ato na Cinelândia saudou a democracia e prestou apoio à Comissão Nacional da Verdade, que investiga os crimes da ditadura e que tem sido vítima de ataques de militares e de organismos coniventes com as barbáries ditatoriais. Os manifestantes tremularam suas bandeiras, levantaram palavras de ordem e deixaram claro o anseio do povo brasileiro pela Verdade do período tenebroso que assolou o país por 21 anos, entre 1964 e 1985.

Placas foram colocadas nos locais onde diversos militantes de esquerda foram assassinados pela ditadura. A iniciativa partiu do Núcleo de Experimentações Anárquicas (Nexa) e faz parte das intervenções do projeto Lembrar é Re Existir, que por meio do mapeamento dos casos de mortos e desaparecidos presentes no dossiê da Comissão Especial de Direitos Humanos, espalha placas com informações sobre essas pessoas que tombaram ou foram vistas pela última vez nestes locais. Vinte e três placas foram colocadas até agora em vários lugares. O projeto é custeado com a venda de camisetas.

O ato se concentrou em frente ao Cine Odeon, onde os manifestantes



Protestos marcam os 49 anos do golpe que jogou o Brasil em período de crimes contra liberdade e democracia. Reacionários e covardes atacaram a Comissão Nacional da Verdade

lembraram o período sangrento de nossa história e os crimes praticados pelos militares contra o povo, como as odiosas torturas, assassinatos, sequestros e prisões arbitrárias. Uma faixa com as frases “Punição para os criminosos militares e civis mandantes e executores de torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados do regime militar!” foi erguida.

A jornalista Hildergard Angel, irmã de Stuart Angel e filha de Zuzu Angel, vítimas da ditadura, disse que a Cinelândia, local da manifestação, é um marco da luta pela democracia no país.

A deputada federal, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que estava em outro ato, na CBF, contra o presidente da entidade, José Maria Marin, que teve participação no regime ditatorial brasileiro, foi representada na

Cinelândia por Caíque Tibiriçá. Ele lembrou do episódio em que Marin, então deputado, afirmou que a TV Cultura estava tomada por comunistas e ordenou a prisão do jornalista Vladimir Herzog, que poucos dias depois foi brutalmente assassinado pelas mãos dos militares.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, bradou: “Hoje é o dia da mentira que foi contada ao nosso povo há 49 anos. Não queremos só um ajuste de contas com o passado, queremos que a memória de tantos brasileiros possa ser resgatada. Vamos honrar na prática o sacrifício desses heróis nacionais; precisamos manter o povo unido nessa luta, na luta pela Verdade”.

No Clube Militar, representantes retrógrados e covardes das Forças

Armadas se esconderam, mas não deixaram de atacar a Comissão Nacional da Verdade, alvo escolhido pelos clubes Militar, da Marinha e da Aeronáutica. Em mensagem reacionária “à nação brasileira” pela passagem dos 49 anos do golpe de 1964 criticaram os “democratas arrivistas” e reafirmam que “a intervenção” de quase cinco décadas atrás ocorreu para preservar a ordem.

O manifesto dos militares defensores da ditadura criticava o que eles chamam de terrorismo daqueles que “almejavam empalmar o poder para fins escusos”. Como sempre não fazem referência às ações praticadas pelo “outro lado”, representado pelo Estado, exatamente o foco das investigações feitas pela comissão, que em maio completará metade de seu mandato de dois anos.

A nota foi divulgada no dia em que se completam 45 anos da morte, pela polícia, do estudante paraense Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, durante protesto no Rio de Janeiro. Em 13 de dezembro daquele ano (1968), o governo baixaria o Ato Institucional número 5 (AI-5), formalizando a fase mais dura do regime iniciado em 1964.

(Fontes: Rede Democrática e agências)

CUT homenageia nossos mártires

Foto: CUT-Rio

Outro ato marcou os 49 anos do golpe militar de 1964.

Organizada em conjunto pela CUT Nacional e CUT-RJ, a manifestação debateu a criação do grupo de trabalho sobre a participação do movimento sindical na Comissão Nacional da Verdade. Houve homenagem às vítimas do golpe. O grupo planeja uma grande manifestação para marcar, em 2014, os 50 anos da implantação da ditadura civil-militar no Brasil.

A mesa no auditório do Sindicato dos Bancários do Rio, contou com as presenças dos dirigentes da CUT-RJ Darby Igayara, Aurélio Medeiros (também secretário sindical do PT-RJ) e Indalécio Wanderley (secretário de Movimentos Sociais do PT-RJ), da CUT Nacional, Expedido Solaney, bem como de Rosa Cardoso (Comissão Nacional da Verdade), Geraldo Cândido (Comissão Estadual da Verdade), Almir Aguiar (presidente do Sindicato dos Bancários do Rio), Alberto Cantalice (direção nacional do PT), Edson Santos (deputado federal do PT-RJ) e Virgínia Berriel (secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-RJ).

Leia trechos dos discursos dos participantes. (Fonte: CUT/RJ)



Central quer fazer grande manifestação para marcar os 50 anos do golpe no ano que vem

Rosa Cardoso

“Precisamos ter claro que os mentores do golpe foram representantes do governo e das multinacionais norte-americanas, com o apoio decidido da CIA. A luta pela memória e pela verdade deve incorporar também as propostas necessárias de mudanças no presente. Por exemplo: ainda existe tortura nos presídios brasileiros.”

Almir Aguiar

“Nosso sindicato também sofreu intervenção. Eventos como esse de hoje contribuem para consolidar a democracia e lembrar dos heróis do passado, os muitos que deram suas vidas em defesa da liberdade.”

Darby Igayara

“Os trabalhadores pagaram um alto preço com o golpe, com a intervenção em muitos sindicatos, que passaram a ser comandados por pelegos que colaboravam com a ditadura. Fora os que foram sequestrados, mortos e desaparecidos, como Aluízio Palhano, ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio.”

Aurélio Medeiros

“É importante destacar a colaboração no golpe e o apoio à ditadura do setor de comunicações, da mídia, e do poder Judiciário, que tomou várias decisões referendando a ditadura e respaldando atos ilegais. Aproveito a oportunidade para homenagear todos os que morreram resistindo à ditadura e lamentar que muitos sindicalistas não prestigiem atos como esse de hoje.”

Edson Santos

“Os golpistas utilizaram a tortura como instrumento para tentar dissuadir os que resistiam ao golpe. Outra questão que chama muita atenção no período é o idealismo da juventude e dos trabalhadores, que foram às últimas consequências em defesa da liberdade e da democracia.”

Geraldo Cândido

“Lembro, no histórico comício da Central do Brasil, de uma passagem marcante: a chegada, em colunas, dos trabalhadores da Petrobras, todos de tochas acesas nas mãos. No dia do golpe houve muitos assassinatos nos quartéis, onde soldados e marinheiros foram mortos por oficiais. O movimento sindical deve dar todo o apoio aos trabalhos da Comissão da Verdade.”

Alberto Cantalice

“Como o STF soterrou qualquer discussão sobre crimes de tortura, os torturadores saíram no lucro, infelizmente. Acho que a Comissão Nacional da Verdade deve focar sua atuação nos desaparecidos políticos, questão que tem mais potencial para mobilizar a sociedade. Quero acrescentar também que o golpe, além da sua natureza civil e militar, também tem outro viés, que é o viés midiático, já que os veículos de comunicação apoiaram o golpe.”

Grupo Tortura Nunca Mais pede ajuda

Foto: Max Leone

Max Leone*

A estabilização da economia brasileira afetou diretamente a atuação do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) do Rio. Sob a alegação do bom momento econômico nacional, a ONG, fundada em 1985 e que luta desde então pelos direitos humanos no país, viu sua principal fonte de financiamento internacional ser cortada pela metade nos últimos anos. Parte da verba oriunda do Subcomitê de Erradicação e Combate à Tortura, órgão subordinado à Organização das Nações Unidas (ONU), foi redirecionada para regiões do planeta que passam por crises econômicas mais graves. O financiamento de outras fontes que ajudam o GTNM não é suficiente para manter o trabalho do grupo. A saída foi, então, recorrer mais uma vez à campanha solidária para arrecadar fundos e, assim, tentar manter as atividades. Do contrário, todos os projetos da ONG estarão comprometidos e um trabalho de 28 anos pode ser desperdiçado.

“Nosso atendimento às famílias de vítimas de torturas do tempo da ditadura e de chacinas recentes, de crimes cometidos pelo Estado, será totalmente prejudicado. Já não prestamos mais serviços jurídicos para esse pessoal, que estamos encaminhando para a Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado. Só estamos conseguindo manter o atendimento psicológico e os casos que necessitam de acompanhamento psiquiátrico”, explica a presidenta do grupo, Vitória Grabois, que recebeu *Ideias em Revista* para a entrevista na sede do grupo, em Botafogo.

A presidenta do GTNM afirma que a ONG faz um trabalho que o próprio Estado deveria assumir e



A falta de financiamento preocupa Vitória Grabois: “Essa situação está me tirando o sono”.

não o faz. Segundo ela, as vítimas procuram o grupo pelo fato de terem sido prejudicadas por agentes do Estado. Pelo menos 30 pessoas já deixaram de receber atendimento com a redução dos recursos vindo de fora do país.

“Estamos suprindo falhas do Estado, que torturou durante a ditadura e agora não dá o atendimento devido às famílias das vítimas. O governo deveria assumir o seu papel e criar uma política de saúde pública para atender a esse pessoal”, defende Vitória.

Posicionamento ético

Ela lembra que ao longo de 28 anos, o Grupo Tortura Nunca Mais manteve seu posicionamento ético e o compromisso de lutar pelos direitos humanos no país, sem aceitar verbas do Estado e de partidos políticos. A ONG, diz, sobrevive de contribuições de entidades internacionais ligadas à defesa dos direitos humanos, amigos, e militantes da causa.

Em nota no site (www.torturanuncamais-rj.org.br), o grupo afirma que “esta nova Campanha de Solidariedade tem por objetivo conseguir uma ajuda mensal fixa,

ou não, daqueles que sempre têm ajudado a manter viva essa luta”. O apoio será determinado, diz a nota, por cada um que queira participar e usado para a manutenção da sede. “Mensalmente, tomaremos a liberdade de lembrá-los deste apoio solidário”, informa outro trecho da nota na página. As contribuições podem ser feitas com depósitos no Banco Itaú (banco 341), agência 0389, conta 77791-3, em nome de Tortura Nunca Mais/RJ, CNPJ 29.249.950/0001-3.

Para 2013, as perspectivas de manutenção dos projetos são temerosas, caso não sejam obtidos recursos suficientes para bancar as atividades. O dinheiro também vai pagar as despesas fixas com funcionários, conta de luz, telefone, provedor de internet, manutenção do site e dos computadores etc. Segundo Vitória Grabois, em janeiro de 2013, a verba do projeto internacional acabou e o grupo foi obrigado a lançar mão dos fundos de doações para pagar os profissionais do Projeto Clínico.

As bolsas pagas a estudantes que ajudavam na organização dos arquivos da sede já foram suspensas.

Implementação de projetos, como o Marcas da Memória, que consiste em fixar placas indicando os locais aonde os militantes de esquerda foram mortos pela repressão política, também estão ameaçados de nem saírem do papel.

Noites sem dormir

“Essa situação está me tirando do sono”, lamenta a presidenta do GTNM, ressaltando que o projeto de financiamento internacional já foi enviado à ONU.

Segundo ela, parte da prestação de contas de 2012 com o Subcomitê de Erradicação e Combate à Tortura, da ONU, terá um boletim de ocorrência da 10ª Delegacia Policial (Botafogo) devido ao roubo de documentos que comprovavam despesas da ONG. Vitória Grabois lembra que a sede do grupo foi invadida de madrugada no ano passado e teve documentos roubados. Mas nada disso tira a força e a vontade de o Grupo Tortura Nunca Mais continuar atuando em defesa dos direitos humanos no país.

*Da Redação.

Barbosa critica novos tribunais e associações de juízes

O encontro entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, e representantes das três principais associações de juízes do Brasil, em 8 de abril, terminou mal. A reunião tinha como pauta a valorização do Judiciário, mas acabou com o ministro acusando as associações de fazerem “negociações sorrateiras” para que o Congresso Nacional aprovasse a criação de novos tribunais regionais federais.

O ministro usou a reunião para voltar a criticar a instalação de mais quatro TRFs, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 544/2002. Ele disse que a aprovação ocorreu de “maneira açodada, sorrateira”, com a ajuda das entidades. Além das provocações sobre o assunto que não estava na pauta da reunião, o presidente do STF tentou encerrar diversas vezes o encontro, que era acompanhado pela imprensa, “porque o nível da conversa não estava adequado”. Participaram da audiência representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

“Tínhamos uma pauta de valorização e fortalecimento do Judiciário: democratização interna, eleições diretas em tribunais estaduais, tribunais regionais do Trabalho”, ponderou o presidente em exercício da Anamatra, João Bosco Coura. “Mas parece que o ministro havia se preparado para um confronto. Ele usou palavras fortes e desarrazoadas”, afirmou Coura. O presidente da Ajufe, Nino Toldo, confirmou o clima tenso da reunião.

Barbosa disse, em tom irônico, que os novos tribunais servirão para “dar mais empregos aos advogados” e que os novos TRFs serão instalados em



Foto: Carlos Humberto/SCO/STF

Clima tenso: reunião que tinha como pauta a valorização do Judiciário, acabou com acusações entre Joaquim Barbosa e associações

“resorts, à beira de alguma praia”, isso porque não teriam qualquer utilidade para o país. Barbosa ainda acusou as entidades de conduzir “na surdina” a negociação com os deputados para a aprovação da PEC 544/2002.

Nino Toldo não identificou motivos para a reação de Barbosa, que também preside o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para Toldo, a votação da proposta de emenda constitucional foi pública e a associação sempre se manifestou de modo transparente em relação ao tema. A proposta teve apoio de diversas entidades ligadas ao Judiciário, como as associações de juízes e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e tramitou no Congresso Nacional desde 2002.

Na véspera da votação, Barbosa havia encaminhado um ofício aos presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), em manifestação contrária à aprovação da PEC. “Barbosa ficou irado com isso porque ele foi diretamente ao Parlamento e os deputados votaram exatamente o contrário do que o ministro propôs”, afirma o presidente da AMB, Nelson Calandra.

Barbosa disse que os novos tribunais custariam R\$ 8 bilhões, mas, segundo Calandra, as informações sobre os custos da criação dos TRFs e a quantidade necessária de cargos para os novos órgãos estão descontraídas. “O ministro acredita que a Justiça Federal, à medida que aumenta o número de cargos, fica menos prestigiada, menos relevante”, disse. “Na verdade, os colegas da Justiça Federal levaram a ele números que mostram a necessidade das novas cortes”, conta.

O vice-presidente da Ajufe, Ivanir César Ireno Júnior, retrucou as acusações de que o projeto foi aprovado “a base de cochichos” e de maneira “sorrateira” e disse que a associação acompanhava o processo há mais de uma década. “Sorrateira não, ministro. Democrática e transparente”, disse. “São responsáveis, na surdina, pela aprovação”, contra-atacou Barbosa. O ministro, ainda exaltado, pediu que Ireno baixasse o tom de voz. O representante da Ajufe, por sua vez, disse que aquele era seu modo de falar. “O senhor baixe a voz que o senhor está na Presidência do Supremo Tribunal Federal”, alertou Barbosa. “Não estou gritando, estou

dizendo”, argumentou Ireno, em vão. Joaquim Barbosa acrescentou ainda que o vice-presidente não havia sido convidado para a audiência, apenas os presidentes das três entidades: Anamatra, Ajufe e AMB.

Para o presidente do STF, entidades não têm legitimidade para representar órgãos estatais e falar sobre a necessidade de novos tribunais. “Os senhores não representam o Conselho Nacional de Justiça. Os senhores não representam o STJ, representam seus interesses corporativos legítimos. Mas isso não supre a vontade dos órgãos estatais. Compreendam isso. Os senhores não representam a nação. Não representam os órgãos estatais. Os senhores são representantes de classe. Só isso”, disse Barbosa.

Ideia negativa

Calandra disse que a declaração do ministro de que ele era “só” um representante de classe nem pode ser encarada como crítica. “O ministro falou que os nossos interesses são de ordem corporativa, de classe. E eu fiquei feliz com a declaração, porque é sinal de que estou fazendo aquilo para que fui eleito”, avaliou. [Fonte: Consultor Jurídico]

Rio se mobiliza contra a venda do Maracanã

Foto: Divulgação/Comitê



O Maraca é nosso: manifestação reuniu mais de 500 pessoas em passeata na Tijuca, no ato “A Cidade é Nossa”, no dia 16 de março

Além de serem contra a venda do Maracanã, os manifestantes discordam da política de remoções para a construção do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca

O Comitê Popular Copa e Olimpíadas Rio vem ganhando força e cada vez mais adeptos para a campanha “O Maraca é Nosso!”. O movimento é contrário à privatização do Estádio do Maracanã e à demolição do complexo desportivo, que fica no entorno. Tem recebido manifestações populares e declarações de atletas e artistas demonstram que grande parte da sociedade carioca não concorda com os planos do governo do estado de se livrar do patrimônio, que as autoridades esquecem que é público.

Um exemplo recente da mobilização foi dado em 16 de março, quando mais de 500 manifestantes participaram do ato “A Cidade é Nossa!”, pelas ruas da Tijuca, bairro da Zona Norte do Rio.

Segundo os organizadores, a concessionária que vencer o leilão não vai retornar ao estado o suficiente para cobrir as despesas com as obras - pela concessão de 35 anos, pagará 33 parcelas de R\$ 7 milhões, totalizando R\$ 231 milhões. O valor da reforma do estádio já passou, oficialmente, dos R\$ 900 milhões. O movimento reclama do edital de

concessão do estádio, que pode cair nas mãos da IMX, uma das empresas do mega empresário Eike Batista.

“A concessionária (que ganhar o leilão de privatização do Maracanã) não vai devolver ao estado nem 15% do que foi gasto na construção do estádio. E o governo ainda vai botar abaixo o Parque Aquático Julio Delamare e Estádio de Atletismo Célio de Barros. É uma afronta. Vários atletas estão conosco nesta manifestação”, afirmou um dos líderes do movimento, Gustavo Mehl.

Além de serem contra a venda do Maracanã, os manifestantes discordam também da política de remoções da Prefeitura do Rio para a construção do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, assim como o uso de área de proteção ambiental no bairro para a construção de prédios e do campo de golfe para a Olimpíada de 2016.

O ato batizado de “A Cidade é Nossa!” teve como objetivo denunciar o processo de privatização de diversos espaços públicos da cidade, como a Marina da Glória e o Maracanã, além da destruição da Escola Municipal Friedenreich, localizada ao lado do Maracanãzinho, da Aldeia Maracanã, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Julio Delamare para a construção de lojas, bares e estacionamentos que vão servir a um shopping administrado pela empresa ganhadora da licitação. Com faixas, cartazes, apitos e instrumentos musicais, mais de 500 pessoas saíram na Praça Saens Peña, na Tijuca, e partiram em caminhada até o Maracanã no dia do ato. O movimento aproveitou para lançar o álbum de figurinhas da campanha: O Maraca é Nosso! (Veja o álbum no endereço www.omaracaenosso.org.br/).

“Queremos mostrar ao governo que a população está mobilizada, que pode oferecer uma resposta à absurda venda, feita sem nenhum tipo de diálogo”, afirmou Mehl.

Foto: Paula Kossatz



O auditório da ABI foi palco da consulta pública em 28 de fevereiro no Rio

Consulta pública sobre a venda

O pontapé inicial da Consulta Pública para Gestão do Complexo do Maracanã aconteceu em 28 de fevereiro, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro do Rio. A proposta do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas era denunciar que o governo estadual não promoveu um debate democrático sobre o assunto e ignorou a opinião dos verdadeiros donos do complexo: a população. Também não ouviu os usuários dos espaços e dos equipamentos do entorno, como atletas e pessoal que faz exercícios e caminhadas pela região.

“Queremos mostrar ao governo que a população está mobilizada, que pode oferecer uma resposta à absurda venda, feita sem nenhum tipo de diálogo”, afirmou Mehl.

Os principais afetados pelo processo irregular de concessão do Maracanã, como atletas, estudantes e seus pais, torcedores e indígenas, também participaram do lançamento da consulta pública. Em uma das mesas do debate, eles destacaram a intransigência com a qual o assunto vem sendo tratado.

Na ocasião, a atleta Monica Lages do Amaral, de 19 anos, da Seleção Brasileira Juvenil de Saltos Ornamentais, se emocionou ao falar da possibilidade de perder a única piscina adequada ao esporte no

estado, a do Parque Aquático Julio Delamare, que pode ser demolida para dar lugar a um shopping e a um estacionamento.

“Quando chegar as Olimpíadas, todo mundo fala que não há resultado. Mas, se olhamos direito, vemos que o problema é que não há uma estrutura. Estou há treze anos treinando diariamente. Tão perto das Olimpíadas na minha cidade, que pode ser a minha primeira, o processo vai ser interrompido. Querem passar a gente para o (Parque Aquático) Maria Lenk, mas lá não tem estrutura para os saltos. Só que não há ninguém preocupado com isso além da gente. O foco para 2016 não está em medalhas, mas no dinheiro”, disse Monica.

Após conseguir derrubar uma liminar, que suspendia a privatização do Maracanã, o governo estadual deu prosseguimento ao processo em 11 de abril. Houve atraso no evento de abertura de envelopes por causa de manifestações em frente ao Palácio Guanabara. A empresa IMX, de Eike Batista, se associou a Odebrecht e AEG para enfrentar o pool com OAS, Amsterdam NV e Lagardère Unlimited. Ainda não há data para anúncio final da concorrência.

Da Redação, com informações do Comitê Popular Copa e Olimpíadas Rio.

Foto: Divulgação/Comitê



Na passeata, manifestantes avisam que o Rio não está à venda

Foto: Paula Kossatz



A atleta Mônica Amaral chora durante a consulta pública

Não é só uma terra, não é só Madureira. É

Tatiana Lima*

A ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha (GCJS), que atende a mais de cem crianças, correu o risco de ver o trabalho interrompido. Após confronto entre policiais e traficantes no Morro da Serrinha, a sede antiga foi ocupada pelo Bope, em 2009, para servir de base de operação no alto do morro; assim foi inviabilizada para utilização para as crianças. O Jongo se viu sem espaço para as suas aulas. Mas, com a força dos “jongueiros”, e o apoio de campanhas como a “Uma Casa para o Jongo” (que teve a participação do Sisejufe), a resistência surtiu efeito e resultou na concretização do sonho da nova sede.

“Como neta de Vovó Maria Joana, sobrinha e afilhada de mestre Darcy do Jongo, é uma realização poder estar aqui, hoje, e ver esta casa sendo doada ao Jongo da Serrinha. Hoje faz 27 anos do falecimento da minha avó. Onde quer que ela esteja, sei que está muito feliz”, disse Deli Monteiro – Maria Joana, matriarca do Império Serrano e da Serrinha, era mãe-de-santo de Clara Nunes.

A cerimônia simbólica, de entrega das chaves pela Prefeitura do Rio, ocorreu em 27 de fevereiro. Presentes estavam o prefeito, Eduardo Paes, o deputado estadual Robson Leite (PT-RJ), coordenadores da ONG Jongo da Serrinha, jongueiros e moradores da comunidade. No evento foi assinado o contrato de cessão de uso da propriedade do imóvel. A nova sede terá dois andares e 2.600 metros quadrados. O local foi desapropriado pela prefeitura e será totalmente reformado para abrigar a ONG “Grupo Cultural Jongo da Serrinha”. A obra está orçada em R\$ 2 milhões.

Tia Maria, de 92 anos (a mais antiga integrante do Jongo da Serrinha, e que



Após viver momentos de incerteza, o Jongo da Serrinha ganhou uma nova casa, em Madureira, na Zona Norte do Rio, no dia 27 de fevereiro. O espaço será sede da ONG e servirá de centro de referência para a preservação para o ritmo que alguns o chamam de “pai do samba”

já foi condecorada com as medalhas Tiradentes e Pedro Ernesto e título de cidadã carioca e fluminense), recebeu as chaves das mãos do prefeito.

–Tia Maria, agora essa casa é de vocês, é do Jongo. Essa entrega não é só simbólica. Está aqui a chave mesmo, inclusive com uma chave de Ogum também devidamente benzi-da. Vamos juntos assinar o contrato

de cessão de uso agora – disse Eduardo Paes ao repassar a chave.

Feliz igual a “pinto no lixo”

– Eu não tenho nem o que falar. Estou igual a ‘pinto no lixo’ de tão feliz. Crianças, olhem bem essa casa e essas chaves. Isso aqui pertence a vocês –, ressaltou Tia Maria às crianças da escola de Jongo da Serrinha presentes à cerimônia.

Na abertura do evento, os jongueiros rezaram. As orações escolhidas foram o “Pai Nosso” e a “Ave Maria”. Em seguida, ao som de tambores e violão, os jongueiros entoaram cantigas e abriram a roda para todos “jongar”.

– Essa cidade é cheia de manifestações culturais relevantes, que surgiram das mais variadas origens e que possuem histórias muito bonitas

a história de resistência de uma cultura

Fotos: Tatiana Lima



da luta de um povo, responsáveis pela construção da identidade e alma dessa cidade – disse o prefeito.

– Não somente eu, mas todo mundo do jongo está muito satisfeito. É muito emocionante pensar que agora vamos poder ter um espaço para todas as atividades sonhadas. Fazer um trabalho que a Serrinha sinta orgulho e passar adiante a história do jongo, a memória de nossos ancestrais e jongueiros vivos para quem quiser conhecer a comunidade, um trabalho integrado com todas as atividades que acontecem na Serrinha. Esse espaço vai abrir muitas portas tanto aqui dentro da comunidade quanto fora”, afirmou emocionada Lazir, sobrinha neta de Tia Maria.

Espaço atenderá mil jovens no futuro

A futura sede do Jongo da Serrinha fica na Rua Compositor Silas de Oliveira 101, no Morro da Serrinha, em Madureira. Com o novo espaço, a ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha poderá expandir o atendimento da Escola do Jongo das atuais cem crianças atendidas, para mil jovens. A ONG é um quilombo cultural do Rio de Janeiro, patrimônio imaterial carioca e fluminense, e que preserva a tradição artística dos descendentes dos negros libertos das fazendas de café do Vale do Paraíba.

– Em razão da dificuldade de acesso ao outro espaço, algumas crianças têm problemas para participar. Agora, com um espaço aqui em baixo, a resistência continua. Uma resistência que começou com o Darcy. Ele foi o maior resistente da cultura do jongo. Agora, a alma dessa resistência é a Tia Maria, com o mesmo propósito: fazer a criançada participar e conhecer o jongo – enfatizou o ex-mestre-sala do Império Serrano, *Jamelão*, morador do Morro da Serrinha há 69 anos.

Atualmente, as atividades da escola ocorrem em uma pequena casa, que serve de sede, na Rua Balaíadas 106. A antiga casa não será abandonada. Lá, continuarão funcionando algumas oficinas do grupo. Ela também servirá de sala de apoio para a memória do jongo.

– Foi uma casa comprada com o dinheiro de todos os músicos fazendo shows. Ela é muito importante para a memória de resistência cultural do Jongo da Serrinha – contou Luisa Marmelo, coordenadora da escola do Jongo da Serrinha.

Recentemente, foi reformada, contando com apoio cultural do



Diretor Roberto Ponciano foi conhecer o imóvel que será a nova sede do Jongo da Serrinha

Sisejufe, que promoveu a campanha “Uma Casa para o Jongo”, no dia 17 de novembro do ano passado. O diretor de Formação do Sisejufe, Roberto Ponciano, participou da cerimônia de entrega das chaves. Ele lembrou que, desde o primeiro momento, o sindicato esteve presente na luta pela Casa do Jongo.

– Participei das primeiras reuniões de elaboração do projeto, representando o sindicato e intermediei a conversa com o gabinete do deputado estadual Róbson Leite (PT), que foi um dos mais destacados articuladores do projeto”, contou.

Ponciano disse ter ficado muito emocionado com a doação da casa que servirá de nova sede do grupo cultural.

– Confesso que os olhos lacrimejaram, sinto-me pessoalmente realizado em ver algo que era apenas um esboço, um sonho, virar uma realização. O Sisejufe dá mais que apoio ao Jongo, é parceiro”, destacou.

Luisa Marmelo afirma que são essas parcerias que tornam possível o grupo não só manter as atividades com as crianças da comunidade, como também manter a sede atual.

– O Sisejufe tem sido um grande parceiro há muito tempo. O sindicato sempre nos apoia e está conosco. São essas parcerias que

impulsionam a escola de jongo. Com a campanha ‘Uma Casa para o Jongo’, nós conseguimos colocar telhas nas duas salas que foram construídas e fazer outras pequenas reformas”, explicou a coordenadora.

Parte da verba do evento do Dia da Consciência Negra, ocorrido em 17 de novembro do ano passado, foi revertida ao Jongo da Serrinha, que se apresentou na comemoração da data.

O sindicato esteve junto ao grupo cultural, inclusive, nos momentos difíceis que o projeto atravessou.

– Fomos parceiros quando a sede da antiga escola foi invadida e destruída pelo Bope, ajudamos a realizar a reforma da atual escola. Depois lançamos a campanha de solidariedade: ‘Uma casa para o Jongo’, com a importante participação do cartunista Carlos Latuff, que doou a charge para a campanha”, destacou Ponciano. E conclui: “Seremos parceiros nesta nova empreitada porque o Jongo é patrimônio imaterial do povo carioca, um quilombo cultural. O que posso dizer além disso? Sinto-me extremamente feliz, assim como todos os jongueiros!”, afirmou.

Obra custará R\$ 2 milhões

O prefeito Eduardo Paes explicou que o projeto terá execução da RioUrbe, mas que a reforma do prédio, orçada em R\$ 2 milhões, ainda está em processo de licitação das obras. “Vamos fazer uma bonita obra. Terá toda a estrutura para essa casa se transformar num superespaço cultural. Mas tenho que resolver aquelas chatices burocráticas ainda. Obra demora, mas o orçamento já está aprovado. A partir de agora o Jongo da Serrinha vai ter aqui seu centro cultural”, garantiu.

O prefeito destacou a “força de sobrevivência incrível” do Jongo da Serrinha que, segundo ele, se virou “sem o respaldo do poder público e com apenas pequenas ajudas lá e cá”, que tem demonstrado uma grande capacidade de resistência e luta pela identidade cultural carioca. Por isso, de acordo com ele, houve o esforço pessoal do prefeito de viabilizar o projeto a partir da desapropriação do imóvel.

– Madureira é um lugar muito especial. Sempre brinco dizendo que se o Rio de Janeiro fosse um corpo humano, o coração seria Madureira, que sintetiza um pouco dessa alma e da identidade cultural dessa cidade – destacou Eduardo Paes. Para o prefeito, esse processo não pode ser artificial. Para ele é preciso valorizar as coisas do bairro e da região.

– A minha querida Portela aqui do lado, o Império Serrano, o Jongo da Serrinha, tudo sintetiza a cultura local”, completou Paes.

De acordo com a Rio Urbe, o projeto arquitetônico para reforma da sede vai abrigar: um salão de dança; um auditório com cinema; estúdios; área para exposições; lojas;

refeitório; além de salas administrativas, para cursos profissionalizantes e aulas de artes. Também haverá pequena praça para shows. A obra tem prazo de entrega de um ano.

– Projetar para criança é muito especial. O projeto arquitetônico foi feito de forma voluntária pelo escritório. O projeto foi importante para a doação da casa pela prefeitura; ele ilustra o sonho, o torna mais palpável. Por todas estas razões fizemos a maquete, porque ela dá a perspectiva necessária para fazer a licitação da reforma – explicou o arquiteto Pedro Riveras.

Já o deputado Róbson Leite acredita que a doação da casa foi um primeiro passo:

– A doação é uma primeira fase. É importante, mas agora temos que redobrar os esforços para essa casa se tornar efetivamente um centro de referência da escola do jongo e da preservação da memória cultural. Essa não é só uma vitória do grupo, dos apoiadores da luta, mas uma vitória da cultura do Rio de Janeiro.

*Da Redação.

Fotos: Tatiana Lima



Projetar para criança é muito especial. O projeto foi importante para a doação da casa pela prefeitura; ele ilustra o sonho, o torna mais palpável. Fizemos a maquete, porque ela dá a perspectiva necessária para fazer a licitação da reforma –, explicou o arquiteto Pedro Riveras

O orçamento está aprovado

Fotos: Tatiana Lima



Trabalho preventivo e resistência

Desde 2009, a Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desenvolve um trabalho de preservação da memória do Jongo da Serrinha, por meio do curso de extensão da professora Carla Dias. O projeto teve início com o edital da Furnarte (de interações estéticas em Pontos de Cultura), e tem como uma das protagonistas a professora Carla Dias, do curso de história da arte. Ela procurou o Jongo da Serrinha, e com a verba do edital começou a produção de um livro de contos e cantigas, feito a partir da interação com a comunidade.

– Depois propusemos o trabalho para a UFRJ como um projeto de extensão. Porque a universidade tem como meta que o ensino seja integrado: pesquisa, ensino e extensão. Desta forma, a universidade assume compromissos com a sociedade. O conhecimento não precisa ficar estagnado e fechado nos muros da universidade – explica Carla.

Após essa fase, o projeto de exten-

são se ampliou, com um programa financiado pelo MEC, e abrange também o patrimônio material e imaterial, como o reconhecimento da importância do Jongo da Serrinha. Atualmente a professora tem uma equipe de 10 estudantes, que juntos fazem o registro da memória local do Jongo e da comunidade da Serrinha.

Fotos foram escaneadas, documentos recolhidos e digitalizados, depoimentos foram tomados tudo para a formação de um banco de dados, que será acessível a todos.

– Com a nova sede o projeto ficará totalmente dinamizado, pois a ideia é formar um pequeno museu. Queremos transmitir a sensação de território, os percursos e casas, mostrar como a Serrinha é um lugar de memória – explica a professora da UFRJ.

– Para nossa comunidade, todo esse trabalho é maravilhoso porque preserva a herança do Jongo, que será passada para as crianças. Na verdade, sempre foi isso que minha



Lazir, sobrinha neta de tia Maria: “porque não é só uma terra, é a história de um lugar”

avó Maria Joana e meu tio Darcy queriam: que todas as crianças da Serrinha aprendessem a dançar e cantar o jongo, preservar nossa cultura. Estamos continuando a obra deles – opinou Deli Monteiro.

Lazir, sobrinha-neta de Tia Maria, concorda. Para ela, o Jongo da Serrinha teve a preocupação de não deixar morrer a cultura do jongo. Um trabalho de preservação da

identidade cultural da comunidade.

– Queremos que todos sintam orgulho. Que tenham esse sentimento de pertencimento: ‘ai vou lá pra minha escola jongo, ver Tia Eulália, nos quadros, nos vídeos’. Então, é muito importante esse trabalho de registro de memória. Porque não é só uma terra, não é só Madureira, é a história de um lugar, de uma identidade de vida”, destaca. (Tatiana Lima)

Censurado pela polícia e a política

Fotos: Maria Buzanovsky

Bailes e festas funks são reprimidos e proibidos nas favelas e periferias por perturbar a “ordem”, mas nos bairros chiques de Rio e São Paulo, o “batidão” não perturba a “tranquilidade”. Mesmo no Rio, onde o funk é considerado patrimônio cultural por lei, a cultura segue polêmica e perseguida acusada de incitar o sexo, as drogas, o uso excessivo de álcool e a violência. Por razões diferentes, mas com o mesmo intuito e ranço discriminatório, as polícias Militar e Civil das duas cidades, juntamente com as Secretarias de Segurança Pública, proibem os bailes funks nas favelas e periferias, mas não os coíbem no asfalto. Em reportagem de Tatiana Lima, Vinicius Souza e Eugênia Sá, Ideias em Revista desvenda as “razões” para a censura do funk do seu espaço de origem.



Funkeiros e trabalhadores do funk denunciam a proibição de bailes nas comunidades

Refém do preconceito e do capital

Tatiana Lima*

O morro invade o asfalto. E não é de hoje. A cultura das favelas no Rio toma conta historicamente dos espaços da cidade, seja no modo de falar, vestir, agir ou dançar. O movimento de cultura das camadas pobres, tão criticado, cai no “gosto popular”, inclusive, em boates e festinhas da elite carioca. Foi assim com o samba, a capoeira e é atualmente com o polêmico ritmo funk, patrimônio cultural reconhecido por lei (5.543/2009), após aprovação na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

Personagem principal de amor e ódio de diferentes atores sociais, culturais e políticos na cidade, o funk, segundo MCs, militantes, produtores culturais e moradores, foi exilado do seu lugar de origem: a favela. Esse exílio seria o resultado prático do

Antropologicamente, o preconceito está com o funk, mas ele não pertence ao funk. Mais tarde vai passar o bastão para outra cultura periférica que o favelado promover como aconteceu com o samba. Por isso, ele é racial, primeiramente, e depois linguístico e estético. A juventude do mundo inteiro sempre foi discriminada pelo jeito de se vestir, agir, falar e dançar, principalmente, a pobre.

uso da Resolução 013, elaborada pela Secretaria de Segurança Pública da cidade para regulamentar a promoção de eventos artísticos, sociais e desportivos no estado, por agentes policiais.

“O funk pode ser tocado hoje em dia em qualquer lugar do Rio de Janeiro, menos no lugar de onde veio:

a favela”, afirmou MC Leonardo, presidente da Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (Apa-funk), em audiência na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, no ano passado.

Segundo a associação – entidade criada em 2010 para lutar pela cons-

cientização de direitos de artistas e produtores e em favor do reconhecimento do ritmo funk como cultura –, sob a prerrogativa da Resolução 013, as polícias Militar e Civil e a Secretária de Segurança Pública teriam transformado a cultura funk em caso de polícia, principalmente, nas favelas ocupadas por Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP).

Em geral, de acordo com organizadores de eventos nas favelas e moradores, a primeira pergunta dos policiais das UPPs quando produtores pedem autorização para fazer um evento é se vão tocar funk. “Não tem que pergunta se é de funk, pagode ou rock. É um evento que toca musica. Quando se faz a pergunta já pautando o funk é porque existe uma questão ‘velada’ de preconceito com essa cultura funk”, conta Robson Melo, de 26 anos, jornalista e morador da Rocinha.

Publicada em janeiro 2007, a partir da ordem do secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame,

a Resolução 013 dispõe sobre as regras de segurança e ordem necessárias para execução de qualquer evento na cidade, sejam pequenos shows ou megaeventos. Submete às polícias Militar e Civil, além da secretaria, e do Corpo de Bombeiros, a liberação das atividades seja em locais públicos ou privados.

Entrou em vigor após realização de culto evangélico na Praia de Botafogo com mais de um milhão de pessoas, que parou o trânsito da cidade naquele ano. À época, a previsão de público era de cem mil. Por isso, a operação de trânsito e policiamento não foram suficientes.

De acordo com o advogado Luiz Moncau, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que elaborou parecer jurídico sobre a Resolução 013 (e estuda proposta de texto substitutivo), o problema da medida não são as exigências quanto à segurança, mas o excesso de burocracia e a falta de proporcionalidade em relação tamanho do evento.

“Há muita burocracia e exigências hoje que tornam inacessível a autorização para produtores da favela. Há necessidade da construção de regulamentação que contemple as diferenças para impedir o privilégio para produtores de cultura detentores de poder econômico”, explica o advogado.

Segundo o parecer da FGV, dentre as maiores dificuldades para obter o “Nada a Opor” dos órgãos de segurança pública estão as seguintes exigências: a necessidade de reiteradas solicitações de alvará para promover eventos públicos e temporários em um curto período de tempo (são apenas oito dias); a obrigação de solicitação de alvará para bailes em locais que já possuem alvará de funcionamento; indigência de obtenção de autorização em vários órgãos distintos; e ausência de prazo para resposta do poder público no tocante à autorização para o evento.

“As mesmas regras feitas para a realização de um megaevento como um show da Madonna e Rock in Rio são feitas para nós fazermos um baile ou uma roda funk, seja num espaço público ou privado. Cultura é caso da Secretária de Cultura e não de



Funkeiros mostram novos passos durante Rio Parada Funk do ano passado

Segurança Pública. A polícia precisa e deve estar para fiscalizar e coibir crimes, mas não deter o poder de veto”, defende Mc Leonardo da Apafunk.

Poder amplo e único

Outro problema, de acordo com a Apafunk e o parecer da FGV, é o parágrafo único da resolução, que dá “amplo poderes de exigências à polícia”. “Considerando a natureza do evento a ser realizado, poderão as autoridades (Polícia Militar, Civil e Secretária de Segurança) exigirem outros requisitos (não listados) que visem à prevenção da incolumidade das pessoas e do patrimônio e a repressão de atividades criminosas”.

Desta forma, ainda que o produtor cultural e MCs consigam atender às normas exigidas, os agentes do poder público podem antes de liberar o “Nada a Opor” ou até mesmo durante o evento, exigir qualquer outro item não listado para manter a execução do evento.

No parecer, a FGV conclui que a Resolução 013 estabelece “um excesso de procedimentos de autorização junto aos diversos agentes públicos, criando um ambiente propício à obtenção de vantagens ilícitas por parte dos agentes públicos e incentivando a informalidade”. Também, ressalta que os problemas identificados para cumprir as exigências da resolução aumentam o custo

de entrada de novos empreendedores no mercado. Isso pode provocar a concentração e a elevação desnecessária de preços, em prejuízo do consumidor final.

Coordenador de projetos sociais do Circo Voador, Matheus Aragão afirma que o funk, proibido nas favelas, rola normalmente no espaço da Lapa. O circo é a sede do baile “Eu Amo o Baile Funk”, frequentado pela classe média. Em 12 de abril, no Rio, o cartaz na bilheteria da casa já estava com ingressos esgotados no início da noite. O valor da entrada, sem desconto, era R\$ 120.

Na Zona Oeste, na casa de show Barra Music, outro local frequentado por jovens da classe média, a noite de 12 de abril também foi ao ritmo do funk com a equipe Furacão 2000. O ingresso variava entre R\$ 15 e R\$ 100. Preços altos para moradores de favelas.

Na Rocinha, o famoso baile da “favorita” que, após a instalação da UPP em 2011, ocorre na quadra da Acadêmicos da Rocinha (localizada próximo, mas fora da favela), também se tornou festa para elite. “A única coisa que faz referência à galera pobre é o pessoal trabalhando, porque a entrada é R\$ 150. Ou você escuta na porta ou dentro de casa”, relata Robson Melo, de 26 anos, jornalista e morador da Rocinha.

Segundo ele, a vida noturna da

comunidade foi alterada totalmente devido à aplicação da Resolução 013, na Rocinha. “Em razão das exigências que a polícia faz num espaço informal até uma festa num bar se torna inviável. A condição desse produtor é completamente diferente do produtor da cidade que tem o aval da prefeitura etc. É o caminho para que se chegue lá, mas é um processo e a cultura existente anteriormente precisa ser respeitada. Caso contrário, é censura”, opina Robson Melo.

No programa “Esquentando” da Rede Globo, exibido em janeiro, o secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, admitiu que “a Resolução 013 é um dispositivo que faz uma série de exigências inviáveis em um espaço informal como a favela”. A própria apresentadora Regina Casé, durante a conversa, disse a Beltrame: “Secretário, o senhor que ir ao baile e acho que seus policiais também”, afirmou. Beltrame prometeu rever a resolução.

Porém, Mc Leonardo da Apafunk diz não acreditar em Beltrame. “Infelizmente, o secretário já disse isso outras vezes. Há mais de dois anos ele falou o mesmo. Não acredito no secretário. Continuaremos lutando contra Resolução 013. Se precisar na Justiça”, afirma Leonardo.

*Da Redação.

Em São Paulo, Operação 'Pancadão' reprime bailes na periferia

Fotos e texto

Vinicius Souza

e Maria Eugênia Sá *

Antes de falar sobre o fenômeno do funk em São Paulo, é preciso distinguir dois movimentos musicais homônimos. O primeiro é um estilo que vem dos anos 1970, com grande influência de bandas que misturaram o Rhythm and Blues, o Soul e a Disco Music para criar o funk, como o The Meters (atualmente Funk Meters). Seu principal expoente é o Funk Como Le Gusta, de onde saíram artistas que flertam com vários estilos, como a Negra Li. Esse tipo de funk de grande riqueza melódica e rítmica, no entanto, nunca teve muita aceitação nas periferias, onde o punk, o rock e, mais tarde, o rap e o hip hop sempre foram mais fortes.

Hoje nas comunidades, o funk que se ouve não tem origem nos EUA, mas nas periferias cariocas por meio da massificação midiática. Trata-se da batida repetitiva, conhecida como "pancadão", com letras altamente sexualizadas e cujo talvez único compositor de destaque em São Paulo seja MC Bola, do hit Ela é Top, Capa de Revista.

Mas são inúmeros os Disc Jockeys, que organizam suas setlists em notebooks mesclando composições vindas principalmente do Rio de Janeiro com outras internacionais de estilos diferentes, mas sempre com uma pegada para agitar as pistas, entremeadas por frases de estímulo à dança e pelo nome do DJ. E, na mesma batida, jovens com carros tunados e pen-drives com sucessos do momento como Bum Bum na Água, de MC Dede, repetidos incansavelmente no mais alto volume.



Bailes na periferia são reprimidos por perturbar a "ordem" e incitar sexo e uso de drogas e álcool, mas nos bairros chiques é tolerado apesar de ocorrer sob circunstâncias quase idênticas

É esse o funk cujos admiradores na periferia têm se tornado alvo de violenta repressão policial, amparados pela grande imprensa e pela elite econômica cujos filhos seguem curtindo sem problemas o mesmo som, no mesmo volume insano, com os mesmos elementos de álcool, sexo e drogas em ruas do centro da cidade. Ano passado, na esteira de outras ações higienistas contra usuários de crack e ativistas por moradia, a polícia paulista inaugurou a "Operação Pancadão", para coibir as festas de rua não autorizadas.

A primeira grande ação ocorreu logo em janeiro, com a apreensão de 27 menores, 17 carros e autuação de um bar pela Lei do Psu (que regula-

menta o barulho, mas também proíbe bares de periferia abertos depois da 1 hora da madrugada) no Jardim Capelinha, extremo sul de São Paulo. Turbinada pela Operação Delegada (que permite à prefeitura pagar um extra para Policiais Militares atuarem fardados em períodos de folga apoiando da Guarda Civil Metropolitana), diversas outras ações contra os bailes funk seguiram até perto das eleições. Nas comunidades, era comum associar o "rigor" da polícia com o calendário eleitoral municipal. "É pra mostrar serviço", diziam.

No segundo semestre de 2012, outra realidade tomou de assalto as comunidades: a volta das chacinas. Com o grande número de PMs assassi-

nados no estado depois de 29 de maio, quando a Rota matou seis supostos integrantes do Primeiro Comando da Capital (veja artigo em <http://bit.ly/V3FWen>), tornaram-se comuns as visitas de "motoqueiros fantasmas" (veja reportagem na última edição da Ideias em Revista, também em <http://bit.ly/YpchL6>) atirando a esmo nas favelas e bairros populares. Se já era perigoso ficar na rua até mais tarde, o risco se tornou ainda maior.

Em comunidades como Paraisópolis, desde novembro do ano passado a polícia tem entrado periodicamente nas madrugadas a força de bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo para obrigar o comércio a fechar as portas. No dia 12 de janeiro, por exemplo, segundo matéria publicada no Estadão (<http://bit.ly/W938Zh>), cinco viaturas invadiram o centro comercial do bairro, repleto de jovens nas sorveterias e pizzarias, disparando balas de borracha para todos os lados. Uma delas atingiu uma menina de 17 anos no olho esquerdo, deixando-a cega. Há pelo menos 40

relatos semelhantes documentados na Secretaria de Segurança de São Paulo. Na TV, por outro lado, as vítimas são os policiais (veja em <http://bit.ly/Yqbgm1>).

Para a “sociedade”, a polícia está apenas reprimindo o crime (durante a onda de ataques no ano passado, foi encontrada em Paraisópolis uma lista com nomes de PM que supostamente seriam assassinados), protegendo a juventude da má influência do ritmo e das letras pesadas, e garantindo a paz e o sossego aos moradores “trabalhadores” para que possam cumprir seus expedientes no dia seguinte. Já para o historiador Wilson Honório da Silva, “o argumento moralista pesa muito de um lado, o da periferia. Nas áreas ricas, a coisa é encarada com naturalidade. A cultura do pobre é criminalizada quando não reproduz aquilo e do jeito que o sistema quer”.

Não é à toa que o primeiro projeto do vereador do PSDB Coronel Telhada, um ex-comandante da Rota que recebeu a quinta maior votação da cidade em 2012, é a retomada e intensificação da Operação Pancadão. Ele, inclusive, pediu em 26 de fevereiro último uma CPI sobre o assunto e voltou ao tema no discurso de 5 de março, quando elogiou a disposição do novo prefeito, Fernando Haddad (PT), de confirmar o convênio com o governo do estado para continuar a Operação Delegada.

Resistência

Nesse clima, os únicos bailes funk que resistiram na periferia foram os realizados em recintos fechados, e ainda assim com restrições. É o caso da Balada Black, que acontece desde 2005 uma vez por mês na sede da União dos Núcleos, Associações e Sociedade dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (Unas).

A festa sem álcool nem drogas, ironicamente patrocinada por uma indústria multinacional de bebidas, atrai centenas de jovens, boa parte menores de idade, e acaba à meia-noite. A empresa sabe que está investindo na “responsabilidade social”, mas ao mesmo tempo cultiva o mercado futuro. Afinal, se as crianças estão mais protegidas

dançando ao som de um funk “light” tocado pela DJ Gabi (ela própria de 16 anos), recebendo a visita de celebridades cariocas como MV Bill e bebendo guaraná; aqueles um pouco mais velhos (16 ou 17 anos) montam esquemas para chegar às casas de bairros chiques onde as “periquetes” sempre entram de graça e ganham cervejas, coquetéis e drogas de boyzinhos e tiozinhos interessados em deixá-las ainda mais “soltinhas”. Um desses esquemas, desmantelado depois de uma reportagem nossa (veja em <http://bit.ly/VqBofit>), levava dezenas de mulheres, com vodka à vontade nos ônibus fretados, para baladas caras no Brooklin e Itaim Bibi.

Mas nos bairros centrais, os bailes não se limitam às boates. Nos entornos das universidades privadas frequentadas por estudantes de todas as classes sociais, por exemplo, é comum ver ruas lotadas de jovens com copos de plástico nas mãos, fumaça de maconha no ar e carros com porta-malas abertos exibindo alto-falantes gigantes ligados no máximo. Em 19 de março, às 22h30, esse era o cenário da Rua Taguá, bem atrás do prédio da Escola de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas. Rapazes de camisa social e gravata confraternizavam com periquetes de cabelos oxigenados e shortinhos colados até bem perto das 23h, quando duas viaturas



Dj Gabi e Reginaldo Gonçalves criador da Balada Black de Heliópolis

apontaram na esquina com os giroflex ligados.

Imediatamente porta-malas foram fechados e baseados apagados. A polícia nem parou, apenas passou devagar e desligou as sirenes no final do quarteirão. Cinco minutos depois, a fumaça já subia novamente. Os comerciantes, por precaução apesar de nunca terem sido multados, começaram a baixar as portas. Com a noite fria de começo de semana e o Metrô fechando à meia-noite, os grupos começaram a se dispersar. Mas quinta e sexta-feira a história promete ser diferente.

“O que falta ao pessoal do funk na periferia é se organizar politicamente”, diz Reginaldo José Gonçalves, o criador e coordenador da Balada Black de Heliópolis. “Foi o que fizeram os rappers a partir do final dos anos 1990, conquistando o respeito da população e espaço para suas manifestações culturais até mesmo nos

grandes meios de comunicação”. De fato, o novo secretário municipal de Cultura, o ex-ministro Juca Ferreira, confirmou em reunião aberta em fevereiro que os cantores de Rap irão voltar ao centro na próxima Virada Cultural. Eles haviam sido excluídos dos principais palcos desde uma confusão envolvendo a polícia (que agrediu o público como ficou patente em dezenas de vídeos e realizou 11 prisões) durante um show dos Racionais MCs em 2007 na Praça da Sé.

A ideia de Juca Ferreira é permitir uma maior integração entre o centro e as periferias, além de uma maior ocupação dos logradouros públicos pela população para todo tipo de manifestação cultural. Agora só falta combinar com os vereadores da oposição e a PM.

* Jornalistas.

<http://www.mediaquatro.com>.



Na rua Taguá, bem atrás do prédio da Escola de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, jovens aproveitam a balada do funk

Comissão terá vigilância externa

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

Se polêmico deputado-pastor não sair da presidência, movimento LGBTT vai denunciá-lo a organismos internacionais, caso não investigue violência contra homossexuais, negros e lésbicas

Max Leone*

O movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do país vai intensificar a pressão para que o deputado-pastor evangélico Marcos Feliciano (PSC-SP) deixe a presidência da Comissão Parlamentar de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. Ao ser eleito para comandar a comissão, o polêmico deputado disparou frases sobre racismo e homofobia que incendiaram o cenário nacional e provocaram a ira do movimento LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). A estratégia será dar muita corda ao parlamentar para ele se enforcar com as suas próprias declarações, procedimentos e comportamento à frente da comissão. Com Feliciano permanecendo no cargo, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) vai apresentar o máximo de requerimentos à CDHM para que sejam investigados casos de denúncias de violência contra homossexuais, negros e lésbicas.

A ideia é forçar o presidente a encaminhar as averiguações e pressioná-lo a apresentar resultados das investigações à sociedade. Mas, na hipótese de o parlamentar adotar medidas que, na visão do movimento LGBTT, estejam em

desacordo com o procedimento esperado, ou seja, de investigar a fundo as denúncias, a associação vai formalizar representações contra Marcos Feliciano em organismos internacionais de Direitos Humanos. Maior organização LGBTT da América Latina com 286 organizações afiliadas, a ANGLT mantém status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, usará sua força e prestígio para criar uma espécie de “vigilância externa” sobre a comissão da Câmara.

“A comissão terá que ter uma vigilância externa para evitar retrocessos no campo dos Direitos Humanos no país”, defende Claudio Nascimento, superintendente da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e coordenador do Programa Estadual Rio Sem Homofobia.

Pedido de anulação

A pressão começou logo assim que o deputado-pastor foi indicado pelo PSC e eleito presidente da comissão. Representantes da associação enviaram requerimento à Presidência da Câmara dos Deputados solicitando que a eleição do deputado-pastor evangélico para a presidência da Comissão Parlamentar de Direitos Humanos e Minorias fosse anulada.

“É muito preocupante ter uma figura, como a do deputado (Marcos Feliciano), na presidência de uma comissão tão importante como a de Direitos Humanos. Logo que ele assumiu se declarou contra os



católicos, falou que os negros foram amaldiçoados por Noé e condenou o amor entre duas pessoas do mesmo sexo. Tudo isso só leva à violência. Ele não tem responsabilidade no que fala e nunca poderia estar à frente da comissão”, critica Nascimento.

A reação dentro e fora da Câmara contra o deputado-pastor evangélico tem sido intensa desde que Feliciano assumiu a presidência da comissão. Manifestações aconteceram em mais de 15 estados. No dia 9 de março, por exemplo, centenas de pessoas ligadas ao movimento negro e ao grupo LGTB participaram de uma passeata na Avenida Paulista contra a indicação do deputado do PSC. No dia 20, sob vaias, Feliciano se viu forçado a deixar a sessão da

comissão por conta de protestos dos movimentos sociais. Todos gritavam “Fora, Feliciano”.

Em 25 de março, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio, foi palco de protesto que contou com a participação de artistas e políticos. Mais de 600 pessoas foram ao ato em repúdio a Feliciano, organizado pelo deputado estadual Marcelo Freixo (Psol). Caetano Veloso, Wagner Moura, Preta Gil, Leandra Leal, entre outros nomes, marcaram presença.

Boneco do Judas

Já em 30 de março, Sábado de Aleluia, manifestantes penduraram, em frente ao Congresso Nacional, um boneco do deputado, representando



“É muito preocupante ter uma figura, como a do deputado, na presidência de uma comissão tão importante como a de Direitos Humanos. Logo que ele assumiu se declarou contra os católicos, falou que os negros foram amaldiçoados por Noé e condenou o amor entre duas pessoas do mesmo sexo. Tudo isso só leva à violência. Ele não tem responsabilidade no que fala e nunca poderia estar à frente da comissão”, critica Nascimento.

a tradicional malhação de Judas. O boneco foi feito pela Federação de Umbanda e Candomblé do Distrito Federal e da região do Entorno de Brasília. Havia cartazes com dizeres contra a “intolerância religiosa, racial e sexista”, e cópias de cédulas de real e de cartões de crédito nas mãos do Judas-Feliciano.

No meio político, os partidos

tentam encontrar uma saída para o impasse. Mas, o PSC já deixou claro que não abre mão da prerrogativa de indicar o nome de seu representante, não considerando os apelos para trocar o deputado por outro parlamentar. Reunião do Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados para discutir a permanência do deputado à frente da Comissão

de Direitos Humanos e Minorias chegou a ser marcada para discutir o assunto e, em seguida, foi adiada.

“Com toda essa movimentação, eu, no lugar dele, já teria deixado a presidência. Os próprios deputados da comissão estão incomodados com essa situação”, avalia Claudio Nascimento, lembrando que um abaixo-assinado com mais de 800 mil adesões pede a saída de Marcos Feliciano que teima em não largar o cargo.

Para o coordenador do Programa Estadual Rio Sem Homofobia, fica claro que o deputado-pastor evangélico quer transferir o púlpito de sua igreja, a Assembleia de Deus – Catedral do Avivamento, para a Câmara. “Mas não pode é impor seus princípios, suas convicções. Ele está pregando uma Guerra Santa contra as minorias”, adverte.

O deputado-pastor é rechaçado pela maioria dos membros da comissão que ele preside. Também não é para menos. Dos 15 membros do órgão, oito pedem a renúncia de Feliciano: Domingos Dutra (PT-MA), Érika Kokay (PT-DF), Jean Willys (PSOL-RJ), Keiko Ota (PSB-SP),

Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr



Mário Heringer (PDT-MG), Nil-mário Miranda (PT-MG), Padre Ton (PT-RO) e Simplício Araújo (PPS-MA). Em um culto religioso, o deputado disse que a comissão era dominada por Satanás.

*Da Redação, com agências de notícias.

Mas não o direito de gritar e lutar por memória, verdade e justiça! É o que garante a fundadora do Movimento Mães de Maio, Débora Silva, na entrega da 25ª Medalha Chico Mendes de Resistência, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, em 1º de Abril. Iniciativa do Grupo Tortura Nunca Mais, o prêmio homenageia personalidades e entidades ligadas à luta pelos Direitos Humanos no Brasil

“PERDI O DIREITO DE S



Tatiana Lima*

Dia 12 de maio de 2006. Na cidade de Santos, uma mulher liga o rádio em casa. Ela ainda não sabe, mas será a partir do noticiário que receberá a informação do assassinato do único filho, morto com dez tiros disparados por um dos braços da Segurança Pública: a Polícia Militar de São Paulo. No mesmo dia, à época, com 47 anos, Débora Maria da Silva descobriria que não estava sozinha. Ela fazia parte agora das estatísticas da maior chacina da história brasileira recente: os chamados Crimes de Maio.

Hoje com 53 anos, em entrevista à *Ideias em Revista*, Débora Silva garante: a dor lateja como no primeiro dia para cada um dos familiares das vítimas dos Crimes de Maio.

O anseio por justiça, a memória e o fim do que classifica “genocídio da população pobre e negra” foram os motivos que fizeram a dona de casa sair do luto e ir à luta junto com outras mães e parentes de pessoas assassinadas por agentes do Estado.

Surge, em 2006, o Movimento Mães de Maio, uma forma de resposta à maior chacina urbana da história do Brasil. Em oito dias, segundo o Movimento Mães de Maio, os Crimes de Maio produziram mais mortes e desaparecidos do que ao longo dos 21 anos de Ditadura Militar no país (1964-1985).

Entre 12 e 20 de maio de 2006, no auge do que se chamou na imprensa de “ataques do PCC”, o gari Edson Rogério Silva dos Santos, de 29 anos, foi morto por PMs em um posto de gasolina na cidade de Santos (SP), onde morava, após revista policial. Foi morto juntamente com outras 493 pessoas – que hoje constam entre mortas e desaparecidas. Porém, há

estudos que apontam para número ainda maior (564), considerando ocultações de cadáveres e falsificações de laudos por agentes do Estado. Até hoje, não há um policial que tenha sido devidamente investigado, julgado e preso.

O episódio é um dos marcos do que foi nomeado pelo movimento Rede Contra a Violência de “A Era das Chacinas”, iniciada com a de Acari, em 1990, no Rio. Crimes que também não foram investigados pela justiça brasileira, juntamente com o de outras chacinas, a exemplo, a Chacina do Borel (2003) que completou em abril dez anos.

Desde 2010, as principais bandeiras do Movimento Mães de Maio são o desarquivamento e a federalização dos crimes, mecanismo que permite o deslocamento de competência para julgar ações contra os direitos humanos, quando a justiça local não tem condições de julgar. A Anistia Internacional também

exige o desarquivamento dos casos ao governo federal.

Em 5 de abril, com dois livros publicados “Do luto à luta” e “Mães de Maio, mães do cárcere – A periferia grita”, o Movimento Mães de Maio conseguiu que o governo de SP incluísse o dia 12 de maio no calendário oficial do estado como o “Dia das Mães de Maio”.

Ideias – Como começou a luta das Mães de Maio?

Débora da Silva – Em maio de 2006, a criminalidade se rebelou contra a corrupção e a arbitrariedade dos agentes de segurança do Estado. A corporação retaliou as mortes de seus agentes voltando-se contra a população das periferias. Mais de 500 pessoas foram mortas, em pouco mais de uma semana. Meu filho foi uma das vítimas. Depois da morte dele, eu fiquei muito debilitada, mas me levantei e fui à luta. Fui atrás de outras mães que também

ER MÃE”



Fotos: Movimento Mães de Maio

tiveram filhos assassinados por policiais e assim começou nossa militância. Batemos de porta em porta, fomos ao Ministério Público Estadual e aos distritos policiais buscar explicações. Procuramos o Condepe (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) que nos orientou inclusive sobre como andar pela cidade – nunca tínhamos ido a São Paulo até então. Lá, tomamos conhecimento do livro “Crimes de Maio” e, através dele, nos conscientizamos da dimensão dos assassinatos de maio de 2006. Voltamos a São Paulo várias vezes, solicitamos audiências com o governador e com o secretário de Segurança Pública, mas nunca fomos atendidas. Também nos articulamos com as mães dos mortos pela polícia do Rio e com familiares de vítimas da ditadura e pedimos ao presidente Lula que abrisse os arquivos do regime militar. Hoje, somos uma rede de mães do Brasil inteiro, aliadas às Madre y Abuelas de la Plaza de Mayo, da Argentina, na luta contra a arbitrariedade do poder público na América Latina.



Débora Silva abraçada com uma representante das Madre y Abuelas de la Plaza de Mayo da Argentina, durante a Cúpula dos Povos no Rio em junho do ano passado

Ideias – Quem era Edson Rogério Silva dos Santos?

Débora – Era um filhão e um companheiro para a comunidade em que vivia. Como pai, ele era dedicado. Ele foi tudo que um homem pode ser para uma mulher no papel de filho. Meu maior amigo. Quando ele morreu, na comunidade, as pessoas falaram: “Apagaram o sorriso de uma pessoa que a gente vai ficar vendo assombração”. Isso porque ele já entrava na comunidade com um saco de pão e saía cortando um pedaço para dar as crianças e, muitas vezes, quando percebia que não ficava nem com um pão para tomar café, ele só dava uma risada, e amassava o pacote de pão. Isso era o tamanho do coração dele. Era um filho muito próximo e amigo, tudo para ele era “mãe, mãe, mãe”. Eu escuto esse “mãe” no vazio da casa até hoje no meu ouvido.

Ideias – Qual foi o último dia que você viu seu filho vivo?

Débora – No Dia das Mães. Era meu aniversário também. Tínhamos feito um churrasco. Não era para o Rogério ir embora, mas a casa que compramos, para sair do aluguel, estava reformando e ele estava preocupado com o material que havia deixado lá (ferramentas).

Ideias – No livro *Do Luto à Luta*, você cita a ligação de um policial que seria um parente da família. Ele participou dos crimes de maio?

Débora – Nunca neguei isso. Esse policial é parente da família, e inclusive o Movimento Mães de Maio o denunciou. Percebi o envolvimento dele porque, no dia seguinte ao Dia das Mães, a prima do meu filho ligou avisando sobre uma matança em Areia Branca (área periférica de Santos) e avisou que esse parente (que é policial) queria falar comigo. Ele confirmou ao telefone sobre a matança e perguntei por que ele estava ligando para mim. Ele não respondeu. Não fiquei em paz com aquilo. Liguei de novo para minha sobrinha para falar com ele. Queria entender. Ela avisou que ele não

estava conseguindo dormir em casa e tinha ido dormir no quartel. Achei estranho e avisei que queria falar com ele. Quando esse parente policial me ligou, resolvi mentir para tentar entender o que estava acontecendo. Disse a ele que tinha ido lá ao local da matança e o nome dele estava rolando como um dos responsáveis. Ele quis saber quem havia dito o nome dele e recusei falar, claro. Foi então que finalmente ele disse: “A gente já estava cansado de ouvir esses meninos falando que fez um policial se ajoelhar, se mijar e dar um tiro na cara dele”. Respondi: “A gente quem?” e foi aí que ele deu o recado: “Olha, avisa às pessoas de bem para não irem à rua que quem tiver na rua hoje é inimigo da polícia”. Neste mesmo dia, às 23h30 da noite, mataram meu filho. Foi quando eu tive essa decepção.

Ideias – Você viveu uma contradição na família?

Débora – Sim, uma contradição que eu nunca pude esconder, porque esconder esse fato era esconder os assassinos do meu filho. Porque quem matou meu filho foi a polícia. Porque quem deu toque de recolher na rua foi a polícia. No dia seguinte, liguei para esse parente após saber da morte do meu filho pelo rádio, mas ele negou. Mas como ele não sabia de nada? Se um dia antes ele tinha dito que quem tivesse na rua era inimigo da polícia? Quando indaguei tudo isso, ele só me respondeu que “havia tido uma ocorrência no primeiro distrito e que tinham achando um ‘LIXO’ no morro com uma moto, mas que não sabia sobre meu filho ter moto”. Foi aí que peguei a contradição. Porque meu filho tinha mania de colocar meu neto na moto e a viatura e justamente esse parente policial já havia dado bronca nele. Ele sabia muito bem! Por isso tudo, não tive dúvidas. Denunciei esse parente sim e contei tudo sobre essa conversa na investigação. Depois que eu conheci as outras mães dos crimes de maio,

Continua na página 34

O que aconteceu é que o monstro criado agora engole a criatura. O Estado corrupto que atribui tudo que acontece ao tráfico é o verdadeiro crime organizado



Foto: Movimento Mães de Maio

soube que minha suspeita estava certa, ele tinha participado. Uma das mães falou o nome do policial que é meu parente como um dos responsáveis. Descobri também que ele era investigado como participante de grupo de extermínio. Foi difícil, mas acho que até se fosse meu pai eu denunciava. Sabe por quê? Porque sou mãe. Não ia jamais passar a mão na cabeça nem do meu pai.

Ideias – Seu neto sabe o que aconteceu com o pai?

Débora – Ele sabe e não aceita o que aconteceu com o pai. Percebemos pelos trabalhos da escola que sempre remetem à ausência do pai. O depoimento está no livro “Mães do Cárcere”. Inclusive, ele pega os trabalhos da escola e leva no túmulo do pai, porque ele mora perto do cemitério onde foi enterrado. Todos os Dias dos Pais ele leva carta ao túmulo. É muito doloroso ver isso. Na última cartinha escreveu assim: “Papai pena que eu te amo tanto. Pena porque você morreu. Foi embora e me deixou sozinho. Sinto muito a sua falta quando um menino grande vem querer me bater e você não está

aqui para me defender e quando chego do colégio queria ter o senhor para brincar comigo” (Débora chora). No começo, quando o pai morreu, ele ligava para mim e dizia: “Vovó, Papai do Céu não quer me devolver meu pai um pouquinho só para eu entregar o presente dele do colégio?”. O Estado devastou minha vida. Perdi o direito de ser mãe, de ser chamada de mãe, perdi o direito de comemorar até o Dia dos Pais, porque vejo meu neto e me dói. Perdi o direito de comemorar o Natal com minha família, acabou tudo.

Ideias – Você luta todos os dias para quem?

Débora – Luto todos os dias contra a desigualdade social porque a violência do Estado não fica só no extermínio. Ela se faz presente na Educação, na Saúde, na moradia digna e na segurança de qualidade com prevenção e não extermínio. Eu quero segurança pública sim, mas não essa segurança que o Estado oferece, não há segurança para a população empobrecida. Porque o inimigo das instituições no tempo da

ditadura todo mundo sabia quem era: os milicos. Nos nossos dias, o inimigo maior parece que está oculto, mas não está. É a periferia. O pobre já nasceu para burguesia, como criminoso. Então, nós somos penalizados porque a nossa polícia, aquela que seria para nossa segurança, não é feita para nós. É feita para o patrimônio privado e a elite.

Ideias – Em 2006, os crimes de maio foram considerados um “salve-geral” (gíria do tráfico para barbarizar) do PCC contra o governo e a polícia. No ano passado, houve quem considerasse as mortes em SP outro “salve-geral”. Qual sua opinião?

Débora – O que aconteceu é que o monstro criado agora engole a criatura. O Estado corrupto que atribui tudo que acontece ao tráfico é o verdadeiro crime organizado. Porque o que aconteceu dentro dos presídios foi uma blindagem dos presos para não servir de mazela do Estado e não haver um segundo Carandiru. Os bandidos se protegeram com base na corrupção do Estado. Então, em 2006, implodiu o monstro da corrupção do Estado que segue

até hoje. Temos uma polícia corrupta, mal remunerada e aparelhada, que usa a corrupção como um emprego, criando uma polícia bandida. É importante não generalizar isso. Temos bons policiais! Temos os que não estão atrelados à corrupção, mas muitos justamente por isso acabam sendo mortos por colegas de trabalho.

Ideias – Você é a favor do PCC, dos bandidos e contra a polícia? Porque seu discurso pode soar assim?

Débora – Não. Não sou a favor do crime, mas tampouco dessa polícia que produz um genocídio. Independente do PCC ter pessoas que hoje estão na marginalidade por falta de oportunidade, eles cometeram crimes e precisam ser punidos e severamente. A questão que trago para debater é que a gente não sabe de que lado está a polícia! Porque você não sabe quem é a polícia e quem é o bandido devido à corrupção ter unido esses dois mundos.

* Da Redação.

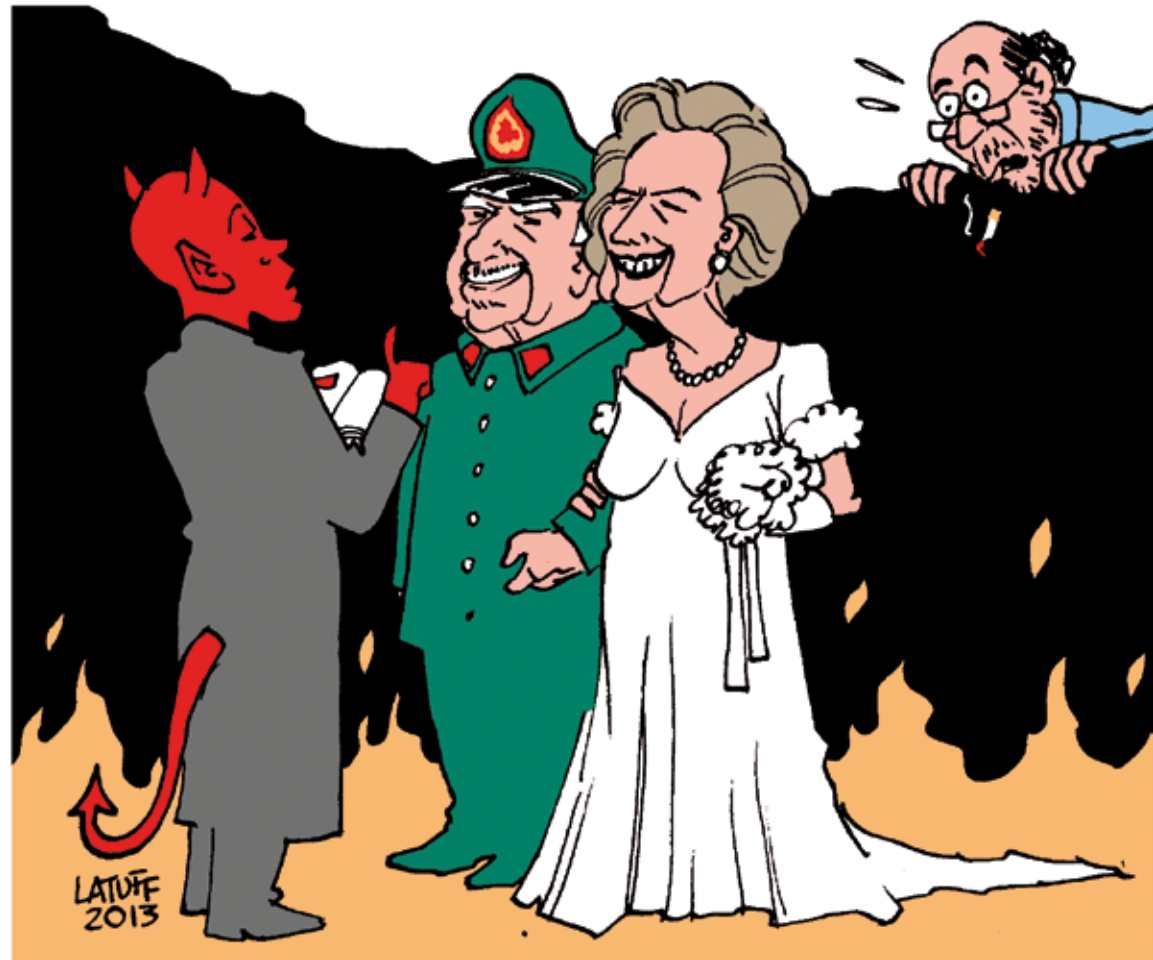
O casamento de Thatcher e Pinochet no inferno

Logo após a morte da Dama de Ferro que foi musa de muitos pesadelos meus, na época que ela perseguia mineiros, sindicalistas, socialistas, ativistas gays, militantes pela independência da Irlanda, lutadores contra o Apartheid acabei por sonhar mais uma vez com ela. E o sonho foi realmente de assustar. Sonhei que Margaret Thatcher chegava ao inferno. O sonho foi assim.

Na chegada da ex-primeira sinistra britânica, quero dizer, ministra britânica ao inferno, soaram tambores (bem, se no céu soam trombetas, creio que no inferno devem soar tambores) e foi estendido o tapete vermelho. Satã em pessoa veio receber Thatcher, afinal, desde a morte de Pinochet o inferno não recebia visita tão ilustre. A diva dos direitos mínimos (que tachou Mandela de terrorista, apoiou o Apartheid e condecorou Pinochet), teve recepção de gala.

Logo após, Thatcher realizou seu grande sonho, no inferno: casou-se com seu latin lover platônico, Augusto Pinochet. A cerimônia foi realizada por Lúcifer em pessoa. Na primeira fila estavam Mussolini, Hitler, Bush pai e Reagan; havia alguns ilustres tupiniquins, afinal o Brasil também teve seus destaques que mereceram estar na cerimônia: Lacerda, Golbery, Médici, ACM e Serjão, o mago da privatária Tucana. Lua-de-mel não houve, afinal, Thatcher é uma vitoriana que defende o sexo para fins apenas de procriação.

Após as bodas, a dama do inferno, quero dizer, de ferro, foi nomeada, pelo próprio capeta, para primeira-ministra infernal. Cortou a folga dominical dos trabalhadores das caldeiras do inferno e também dos carrascos; junto a isto, proibiu qualquer reunião de mais de três pessoas, a música, o riso, a alegria, as associações, os sindicatos. Também reservou um lugar segregado



no inferno para os gays e para os rebeldes, que passaram a receber castigos maiores.

Criou um imposto sobre as torturas, pago pelos próprios torturados, com trabalhos gratuitos para as grandes corporações do inferno, que foram aliviadas de todos os impostos; privatizou e terceirizou o serviço dos carrascos, de maneira que os diabos de Lúcifer foram reduzidos a trabalhadores semiescravos sem folgas. Quando estes tentavam reclamar, ela buscava diabos ainda mais pobres, pagando 0,03 de dólar por hora, e exportava a tortura para as remotas Indonésias do inferno.

Assim, no inferno neoliberal, os torturados pagam para sofrer e os carrascos trabalham quase de graça, e têm de ainda pagar por quaisquer danos aos instrumentos de torturas, como chicotes, tridentes e forqui-

lhas, assim, em lugar de receber algum dinheiro, os carrascos do inferno estavam sempre devendo às grandes companhias favorecidas por Thatcher. Também aboliu a educação e a saúde pública. O inferno parecia cada vez mais com a Inglaterra e os EUA criados por Thatcher e Reagan.

Houve a primeira tentativa de greve no inferno, reprimida de forma violenta por um exército infernal criado por ela: que batia, reprimia, prendia, exilava. Para a greve, o remédio era um só, pancada e o rótulo de terrorista, repetido ad nauseam pela mídia do inferno. No inferno, com Thatcher, nenhuma forma de rebeldia era aceita.

Para dar um ar de respeitabilidade, criou o título de sir no inferno, o primeiro condecorado foi o próprio Satã, depois Pinochet, Hitler

e a própria Thatcher receberam a condecoração de nobreza. Por fim, proibiu os bacanais, proibiu o sexo no inferno, afinal, sexo só para procriação, como não havia procriação no inferno, o sexo foi simplesmente proibido. O capeta, depois de milhões de anos de reinado, pode enfim descansar em paz, sendo tão bem assessorado, e deixou Thatcher governar em seu lugar. O inferno nunca fora tão infernal.

Acordei suado, assustado, gritando... Achei que era só um sonho, mas lembrei que este é na realidade o insuportável mundo conservador e neoliberal!

*Fulgêncio é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

Charles, este é o

Jacques Gruman*

É batata. Quando “especialistas” fazem listas dos melhores filmes de todos os tempos, *Cidadão Kane* costuma ficar no alto do pódio. Não deixa de ser um consolo: produzido em 1941, atores contracenando com atores (e não com fundos azuis, sobre os quais se penduram imagens fabricadas em computador), seduz pela carga dramática, por magníficas interpretações, por uma história que incomoda e por um dos mistérios mais comentados da história do cinema: o que seria *Rosebud*? Ninguém dá um tiro, orgasmos permanecem assunto privado e não contribuem para o faturamento, não se alugam espaços cenográficos para vender nada. Excitam-se os neurônios, não os países baixos.

A primeira vez que assisti o *Cidadão* foi na antiga Cinemateca do MAM. Época da geração Paissandu, cinema de rua que as salas de shopping tornaram obsoleto. Quando a censura dos milicos deixava, a gente assistia muita coisa que não entendia. Os pesadíssimos Bergman, por exemplo. Qualquer rodinha falava das “psicanalices bergmanianas” com solene empáfia, de um modo geral com absoluto desconhecimento de causa. Pegava mal confessar ignorância sobre aquelas imagens herméticas, que nós, praticamente adolescentes, não tínhamos a menor condição de compreender. Faz muito tempo que a psicanálise vazou dos consultórios e invadiu os espaços culturais. Há uma tira genial dos *Peanuts*, início dos anos 60. Charlie Brown e Linus conversam. Linus pergunta: “Por que já



não se encontram aqueles caixotes vendendo limonada nas calçadas?”. Neste momento, passam na frente do famoso quiosque da Lucy, onde se lê “a doutora está aqui (*the doctor is in*)” e “consultas a \$ 5 cents”. A indescritível Lucy dava uma de psiquiatra. Charlie responde ao Linus: “É por isso aí”. Limonada enxotada por Freud.

Voltando ao *Cidadão*. Resolvi, agora com mais quilometragem, assistir novamente o filmaço do Orson Welles. Foi uma experiência e tanto. O melhor de tudo é que descobri que *Rosebud* não passa de um segredo de Polichinelo. A história é absolutamente contemporânea e estranhamente familiar. Um menino de oito anos, Charles Foster Kane, de família pobre, é praticamente

vendido para um banco, numa transação um tanto nebulosa. Até os 25 anos, é tutelado por um banqueiro e, milionário, inicia uma portentosa carreira jornalística.

Inescrupuloso, manipulador, carreirista, constrói um império midiático (na década de 40, isso significava jornais e rádios) e tenta uma carreira política (abortada, no mais puro estilo ianque, por um rabo de saia). Colecionador compulsivo, é um solitário cercado de gente em Xanadu, a mansão que seria seu túmulo. Em tudo o que faz, emana uma vontade imperiosa de controle absoluto. Quem sabe, um desejo inconsciente de transformar o passado ou de ser imortal. É aí que meu Sherlock rastreou *Rosebud*, a última palavra que Kane disse antes

de morrer, soltando ao chão uma pequena bola de vidro, em cujo interior havia uma ilusão de nevasca. Objeto precário nas mãos de um magnata implacável. Por quê?

Salto rápido para a última cena do filme. Operários jogam numa fornalha objetos antigos, “memorabilia” que Kane guardava junto com os milhares de engradados com obras de arte, que comprava e sequer abria. Para o fogo, vai o trenó de madeira que Kane usava para brincar antes de ser afastado de seus pais. A marca: *Rosebud*. Elementar, meu caro Orson: foi durante uma nevasca, agarrado ao trenozinho de madeira, que o futuro imperador da mídia acabou separado de seus pais. Um trauma que tentou, em vão, abafar com riqueza e poder. *Rosebud* era

O filho de Lua



LATUFF 2013

território sagrado, seguro, congelado não pela neve, mas por uma tristeza definitiva. Há uma cena genial. Ao ser abandonado por sua segunda mulher, Kane se arrasta por Xanadu e, de repente, passa por um espelho que multiplica sua imagem ao infinito. São muitos Kanes, fragmentos que trazem Rosebud no bolso. Kanes irrecuperáveis, decadentes. Sem açúcar, sem afeto. O menino não volta.

Quantos de nós não sonham o sonho impossível de viajar no tempo e mudar alguma passagem decisiva, um detalhe, uma firula, aquela cuja ferida teima em não cicatrizar, aquela que cisma em produzir bile em doses industriais e procria filhotes bastardos. Isso já deu outros bons filmes (recomendo, por exemplo, o

magnífico curta Barbosa, de Paulo Perdigão), mas não falo de ficção. Matéria humana é brutalmente sinuosa, utopizadora. Como disse Caetano Veloso, de perto, ninguém é normal/às vezes, segue em linha reta/a vida que é “nem bem, nem mal”. Imagino um encontro entre Charles Foster Kane, uma ficção muito da realista, com um personagem de carne e osso: Gonzaguinha, filho de Luiz Gonzaga do Nascimento, o Lua, Rei do Baião.

Gonzaguinha não chegou a ser vendido para um banqueiro, mas foi órfão de pai vivo. Ignorado e abandonado por muito tempo pelo pai, conseguiu atravessar a aridez afetiva e, depois de purgar um ódio compreensível, estendeu a mão e colou o retrato rasgado. Artista consa-

grado, tocou e cantou com Lua, que, à época, já não tinha o prestígio do início de carreira. Gonzaguinha teve o gesto complexo, difícil, generoso, de acolher Lua como ele era, com todos os ingredientes, vários deles com validade vencida. Percebeu que se prepara um pudim com o que é possível comprar. Seu pai era muitos, como qualquer um de nós. Superou a amargura com a palavra, com o diálogo, não com o silêncio ou a prepotência.

Não estou propondo receitas. Não acredito em rótulos. Cada um descobre seus caminhos em meio às ruínas existenciais. Às vezes, é preciso um tempo de afastamento para reiniciar uma aproximação. Um tempo de luto para dar nova chance à vida. Um tempo de dor

para se alcançar a paz. Um tempo de solidão para admitir a despedida. A poetisa argentina contemporânea Tamara Kamenszain traduziu isso com enorme sensibilidade no poema Kaddish, em que lembra o momento da perda de seu pai, com quem mantinha excelente relacionamento. Uns poucos esclarecimentos. Kaddish é a oração dos mortos na liturgia judaica. Para rezá-lo, são necessários dez homens (minián). Nas famílias observantes, costuma-se reunir um minián na casa do primogênito do falecido, para rezar o Kaddish durante uma semana. Compartilho com vocês.

O que é um pai ?/Sonho que ainda o tenho./Não rezem em meus ouvidos/pois vão me acordar. O que é um pai ?/Sonho que ainda o tenho./Dez homens o invocam na segunda-feira/num círculos de inúteis orações. O que é um pai ?/Dez homens o invocam na terça-feira/num espaço sem ele/seu idioma/soa estrangeiro. O que é um pai ?/Em minha casa dele/formam o minián/É quarta-feira/portas a dentro adormecida/rezam até me acordar. O que é um pai ?/Quinta-feira o saberei/porque continuam reunidos/em seu nome. O que é um pai?/Dez homens não bastam para fechar a sexta-feira/num círculo masculino/que por dentro me libere/órfã. O que é um pai?/Com a primeira estrela/chega o shabat/e ainda não tenho resposta./Eles se dispersaram mas eu/filha de Tuvia bem Biniamin/continuarei buscando acordada/para depois/poder esquecer.

*Jacques Gruman é engenheiro químico, militante internacionalista da esquerda judaica no Rio de Janeiro.

Chávez se foi, o bolivarianismo fica

Foto: Campanha Oficial Maduro

A feroz oposição conservadora e as mídias local e estrangeira não escondem o contentamento com a perspectiva ao fim do governo Chávez

Marcelo Zero*



Quando Chávez foi para Cuba para fazer sua última operação cirúrgica, começaram logo especulações sobre o fim do chavismo e da Revolução “Bolivariana”. A feroz oposição conservadora e as mídias local e estrangeira não esconderam o contentamento com a perspectiva do fim do governo “ditatorial” e “populista” de Chávez. Mas a reação do povo venezuelano foi imediata. Eles encheram praças e gritaram: “Chávez somos nós!” Eles enterraram aqueles que queriam enterrar o bolivarianismo.

Há, de fato, na Venezuela, profunda identificação da maioria da população com Chávez e a revolução bolivariana. E há também, é claro, disparidade abissal entre opinião publicada e opinião pública no país. Quem lê os jornais conservadores venezuelanos ou brasileiros fica com a nítida impressão de que a Venezuela era governada por um feroz ditador, político demagogo que “afundou o país”.

Esse “feroz ditador”, esse “caudilho demagogo”, morreu gozando de grande popularidade, tendo vencido

todas as eleições que disputou. Na última, derrotou o adversário com diferença de 12% dos votos válidos, sem conseguir fazer campanha e com toda mídia venezuelana contrária.

Como isso é possível?

Para entender o “fenômeno Chávez” é preciso fazer a mesma coisa para se entender o “fenômeno Lula”. É necessário esquecer o mundo fantasioso e autorreferenciado da mídia conservadora e analisar, sem preconceitos e ideias preconcebidas, profundas mudanças que as novas experiências políticas da América do Sul provocaram. Com efeito, a Venezuela era um país antes de Chávez e tornou-se um completamente diferente, depois de 14 anos de governo. Como no Brasil de Lula e Dilma, o fator crucial da popularidade e do êxito de Chávez foi a forte redução da pobreza e das desigualdades.

E isso só foi possível porque o governo recuperou o controle da companhia nacional de petróleo PDVSA. Chávez passou a usar receitas do petróleo não mais para o benefi-

cio de pequena classe de rentistas, como em governos anteriores, mas para construir a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do país e investir em serviços sociais para a população secularmente excluída.

Houve a implantação de programas sociais e, nos últimos dez anos, o governo já havia aumentado os gastos sociais em 60,6%. Sim, o governo Chávez é culpado de usar o dinheiro do petróleo em benefício da economia nacional e da maioria da população excluída. Os acionistas chiaram, mas a população agradeceu. Qualquer semelhança com a Petrobras dos governos Lula/Dilma não é mera coincidência.

Os resultados não se fizeram esperar

A desigualdade, medida pelo índice de Gini, foi reduzida em 54%. A pobreza despencou de 70,8%, em 1996, para 21%, em 2010, e a extrema pobreza caiu de 40%, em 1996, para 7,3%, em 2010. São números assombrosos, sem dúvida. Números que colocam a Venezuela como o país que mais evoluiu no cumprimento das Metas do Milênio, segundo a ONU.

De fato é assombroso que, antes de Chávez, a Venezuela, um país com uma das maiores reservas de óleo do mundo, tinha 70% de sua população abaixo da linha da pobreza e 40% do povo na pobreza extrema. Isso diz tudo sobre os governos anteriores.

Hoje, cerca de 20 milhões de pessoas se beneficiam dos programas de combate à pobreza, chamados de “missões”. Hoje, 2,1 milhões de idosos recebem pensão ou aposentadoria, ou seja, 66% da população da chamada terceira idade. Antes, apenas 387 mil idosos tinham esse benefício.

Antes de Chávez, em 1998, 21% da população estavam subnutridos. No país que, como Celso Furtado escreveu em 1974, tinha tudo para se tornar a primeira nação latino-americana realmente desenvolvida, 1 em cada 5 habitantes passava fome. Essa era a Venezuela dos Capriles e da “oposição democrática”. Hoje, a desnutrição é de apenas 5%, e a desnutrição infantil 2,9%.

A Venezuela tem rede de distribuição de alimentos subsidiados para mercearias e supermercados. Cinco



milhões de venezuelanos recebem comida de graça, quatro milhões dos quais são crianças em idade escolar. Em 1980, 90% dos alimentos eram importados. Hoje, o percentual é inferior a 30%. Foram implantadas políticas de reforma agrária e agrícolas que aumentaram a oferta de alimentos. Atualmente, 454 mil agricultores familiares recebem créditos para produzir, e foram construídas 6 mil cozinhas comunitárias que alimentam 900 mil pessoas.

Educação, o principal determinante da saúde e da pobreza, é onde o governo bolivariano colocou ênfase especial, atribuindo-lhe mais de 6% do PIB. O resultado é que, hoje, a Unesco reconhece a Venezuela como país livre de analfabetismo. Do jardim de infância à universidade, a educação é gratuita. Lá, 72% das crianças frequentam escolas públicas e 85% das crianças e adolescentes em idade escolar vão ao colégio. Há milhares de novas escolas, entre as quais se incluem 10 novas

universidades. Após o chavismo, a Venezuela é o segundo país da América Latina e o quinto no mundo com maior proporção de estudantes universitários.

Em relação à saúde pública, é preciso ressaltar que a mortalidade infantil diminuiu de 25 por mil, em 1990, para apenas 13 por mil, em 2010. Hoje, 96% da população já têm acesso à água potável. Em 1998, havia 18 médicos por 10 mil habitantes, atualmente são 58. Os governos anteriores construíram 5.081 clínicas em quatro décadas, enquanto que, em apenas 13 anos, o governo bolivariano construiu 13.721, aumento de 169,6%. Barrio Adentro, o programa de atenção primária à saúde que recebe a ajuda de mais de 8.300 médicos cubanos, salvou cerca de 1,4 milhões de vidas.

Além disso, em 2011, 67 mil venezuelanos receberam medicamentos gratuitos para o tratamento de alto custo de 139 patologias, como câncer, hepatite, osteoporose, esquizofrenia. Antes, isso sequer

era cogitado pelos “democratas venezuelanos”. Há também rede de farmácias públicas que vendem medicamentos a preços subsidiados. Qualquer semelhança com o nosso Farmácia Popular não é mera coincidência. Após as grandes inundações de 2008, o governo de Chávez deu início a ambicioso programa de habitações populares. Já foram construídas e entregues 250 mil casas.

E tudo isso foi conseguido sem debilitar, de forma alguma, a economia da Venezuela. Com efeito, ao contrário do que diz a imprensa conservadora, que vaticina, há anos, que a economia sob Chávez não é sustentável, os números são positivos.

A dívida pública foi reduzida, no governo Chávez, de 20,7% para 14,3% do PIB. Trata-se de número extremamente baixo, principalmente quando levamos em consideração a crise mundial e a redução dos preços internacionais do petróleo. Além disso, a economia cresceu

47,4% em dez anos, ou seja, 4,3% ao ano.

Com isso, o desemprego caiu de 11,3%, em 2008, para 7,7%, em 2011. Dobrou o número de pessoas que recebem benefícios da Previdência Social, graças, em grande parte, à forte formalização do mercado de trabalho.

Um grande mérito do governo Chávez tem sido o investimento na diversificação da atividade produtiva, tanto no campo, como já mencionado, quanto na área industrial. Hoje, ao contrário do que diz a mídia conservadora, o orçamento da Venezuela já é menos dependente do petróleo do que na era pré-Chávez. Cerca de 50% das receitas venezuelanas vêm da cobrança de impostos e não mais da venda direta de petróleo e gás. Ainda falta muito para a Venezuela superar a sua dependência econômica dessa commodity, mas o fato concreto é que o governo Chávez fez mais do que todos os outros governos anteriores. (Continua na página 44)

Chávez investiu na integração regional da América do Sul

Foto: Campanha Oficial Maduro



A Venezuela chavista tornou-se grande parceira do Brasil, comprando nossos produtos

Hugo Chávez também fez muito mais no campo da política externa, que antes privilegiava as “relações privilegiadas com os EUA”, em detrimento das suas relações com a América do Sul e com a América Latina, de um modo geral. Chávez rompeu com esse paradigma de país periférico e investiu na integração regional e no eixo estratégico da geoeconomia e geopolítica Sul-Sul, com destaque para as relações bilaterais com o Brasil, o que acabou conduzindo à adesão da Venezuela como membro

pleno do Mercosul, algo que nos beneficia muito.

A Venezuela chavista tornou-se uma grande parceira do Brasil, comprando vorazmente nossos produtos e recompensando-nos com elevados superávits comerciais e com forte apoio político à integração do nosso subcontinente. Chávez era, sobretudo, um grande amigo do Brasil.

Mas o principal mérito de Chávez foi ter implodido o conservador e excludente modelo político venezuelano, baseado no Pacto de Punto Fijo. Mediante tal pacto, os dois principais

partidos conservadores da Venezuela, o Copei e a URD, se revezavam no poder, sem dar chance a novas forças políticas e aos anseios da maioria da população excluída. Essa era a “democracia” da Venezuela. Essa era “alternância de poder” pré-Chávez.

Uma democracia tão receptiva ao povo que, em 1989, quando houve protestos populares contra as medidas de austeridade do governo conservador de Carlos Andrés Pérez, cerca de 3 mil venezuelanos foram massacrados nas ruas de Caracas, no episódio que ficou conhecido como o “caracazo”. Durante meses, as favelas de Caracas foram sitiadas por forças militares. Essa era a democracia das Venezuela: os pobres eram os inimigos. Os inimigos sem rosto, sem voz e sem vez.

Com Chávez, assim como com Lula, Morales, Rafael Correa e outros, aqueles que não tinham voz e vez, passaram a se fazer ouvir e a se fazer cidadãos. Passaram a comer, a se educar, a morar. Deixaram de ser invisíveis, miseráveis anônimos, e passaram a ser sujeitos da história. Agora têm rosto, têm identidade. São humanos. Não ficam mais “em seu lugar”. Ascendem, se superam, sonham e querem mais. É isso que assusta os conservadores. É isso que provoca o ódio dos xiitas da desigualdade.

É isso que os fazem gritar: Chávez somos nós!

E o povo, vocês sabem, não morre.

*Assessor técnico da Liderança do PT no Senado

Coreias: o 'Pansori' da guerra de sempre

Francisco Carlos Teixeira*

Uma tradicional forma de música da Coreia é “pansori”, que muitos confundem com a ópera chinesa. Na verdade, é a “ópera coreana”, mais simples, emotiva, com fortes tons dramáticos, é velha tradição coreana. O “pansori” é uma música de fundo percussionista – tocada por um só músico ou pelo próprio cantor ou cantora –, com um grande tambor, e um vocalista, que canta ao som de seu tambor longa e conhecida história. O jovem líder norte-coreano – Kim Il-un – parece ter se tornado em exímio executante do “pansori”: a longa e repetitiva canção ao som do grande tambor. Neste caso um tambor de guerra.

Todos os anos os EUA e a Coreia do Sul fazem vastas manobras militares conjuntas – regularmente denominadas normalmente de “Team Spirit” – ou com denominações específicas dependendo da composição e objetivos das forças envolvidas. Tais exercícios, além dos objetivos próprios e claros – testar a prontidão das tropas e manter sua preparação – possuem importante papel político.

Trata-se de reforçar a garantia dada por Washington a Seul do permanente comprometimento dos EUA com a segurança sul-coreana. Os EUA mantêm cerca de 37 mil combatentes em território sul-coreano, além de vasta panóplia militar – cerca de 100 caças de combate – e porta-aviões próximo ao litoral.

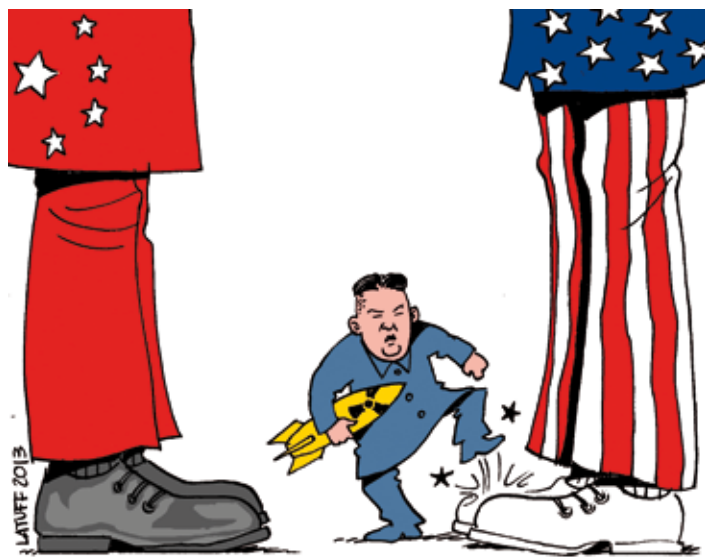
Os termos colocados para o diálogo EUA- Coreia do Norte eram centrados em garantias de segurança para ambos os lados. Washington exigia o desmantelamento do programa de mísseis balísticos de Pyongyang e os norte-coreanos

exigem declaração de não ataque e o fornecimento de alimentos e de petróleo.

Após vários movimentos de “stop-and-go”, as partes envolvidos chegam a pré-acordo em 2005 (troca de desarmamento por alimentos), que, contudo não foi implementado, com Washington e Pyongyang acusando-se mutuamente de violação das decisões tomadas em Beijing. Em 2009 os norte-coreanos se retiraram das conversações e abandonam os termos do pré-acordo. Os EUA declaram boicote sobre várias instituições financeiras e sobre o comércio internacional norte-coreano. Estes, por sua vez, revelam a cientistas americanos vasto programa de enriquecimento de urânio declaradamente voltado para a construção de artefatos nucleares. Os EUA, acompanhados pelo Japão e Austrália, apresentaram propostas de sanções adotadas pela ONU, aumentando a situação de penúria do país.

Entre 2010 e 2012, Pyongyang fez grandes avanços no desenvolvimento da balística, inclusive a balística orbital, e em testes com arma nucleares. Neste período afundou corveta sul-coreana, que teria, segundo suas alegações, espionado instalações militares em águas territoriais norte-coreanas, bem como avião espião norte-americano.

O Programa Nuclear Norte-Coreano é dividido em três fases. Fase I, entre 1956 e 1980, quando Pyongyang recebeu ajuda técnica da ex-URSS para desenvolver, para fins pacíficos, suas capacidades. Fase II, entre 1980 e 1994, a Coreia do Norte – desta vez ela mesma em pânico pela desapareição da URSS (que entrara em colapso em 1991) e temerosa de um movimento compensatório americano visando unificar a Península em favor de Seul (e sem a ajuda econômica russa), busca a autonomia nuclear através da “Abdul Qader Khan Network” – a famosa rede de proliferação clandestina de tecnologias nuclear



promovida pelo cientista paquistanês do mesmo nome. Na Fase III, eles avançam de protótipos de mísseis Scud soviéticos para novas gerações de engenhos balísticos. Em seguida, dá-se o uma temporária paralisação dos testes nucleares e balísticos de Pyongyang.

A partir de 2002, começa a Fase IV com a retomada de pesquisas e avanços concretos. Neste mesmo ano a Administração Bush havia declarado a Coreia do Norte como parte do “Eixo do Mal”, juntamente com Afeganistão e, depois, no Iraque. Pyongyang realiza, então, seu primeiro teste nuclear em 2006, seguido de uma nova explosão (subterrânea) em 2009. As represálias das Nações Unidas, lideradas pelos EUA, acabam com as poucas chances de negociações.

No ano de 2012, e logo no início de 2013, em resposta aos desafios de Pyongyang, a Administração Obama retomou as manobras militares na Península. No momento desenvolve-se a Operação “Foal Eagle”, com 40 mil homens, e para abril de 2013 já estão prevista a Operação “Key Resolve”. As próprias agências norte-americanas – CIA, Departamento de Energia, Agência Nacional de Segurança – não estão de acordo sobre as dimensões e natureza do poder nuclear norte-coreano.

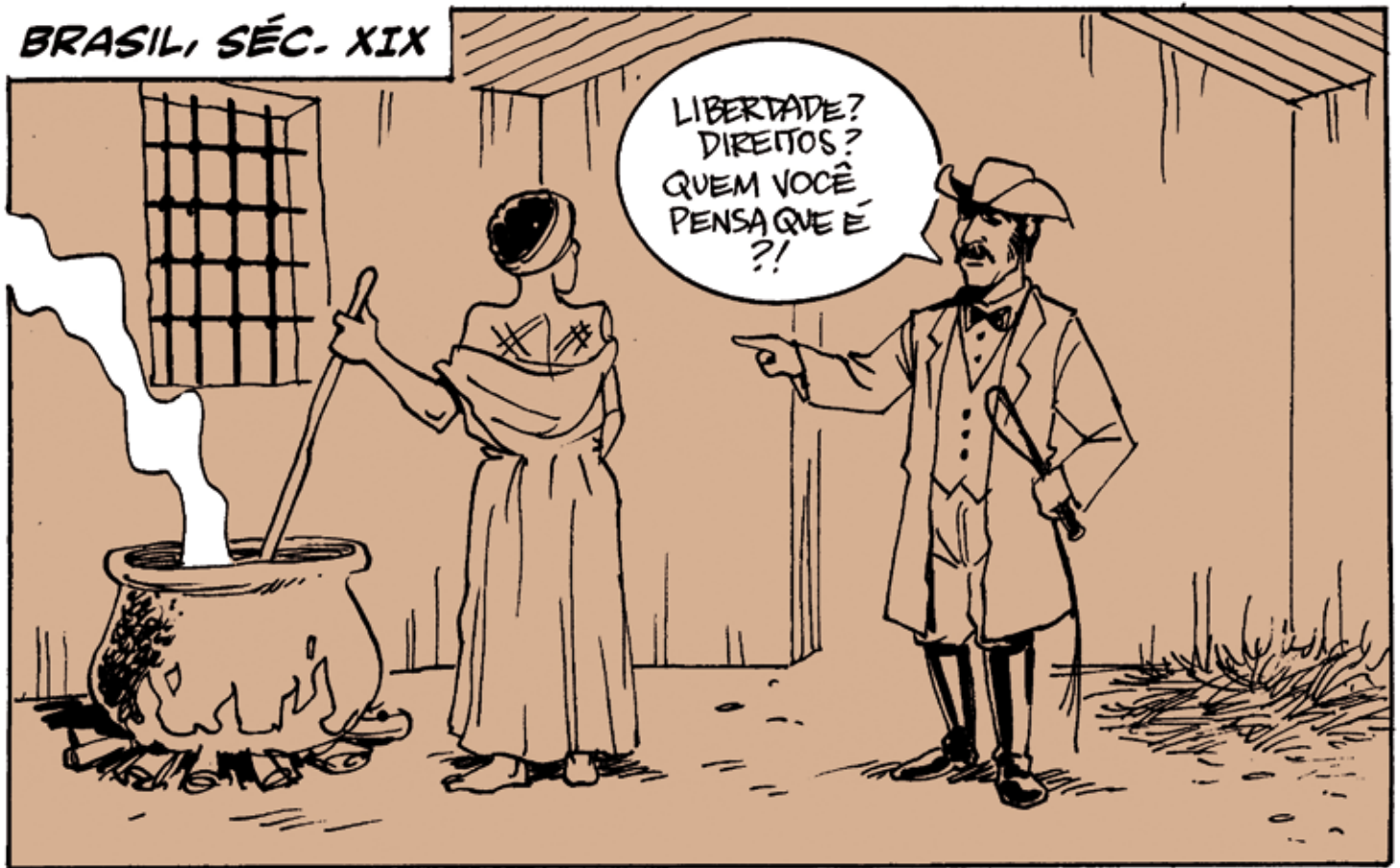
Poderoso exército convencional A República Popular da Coreia possui um dos mais vastos exércitos do mundo – tecnicamente a quinta força de terra do planeta. Suas FFAA – o Exército do Povo – estão divididas em cinco grandes “braços”: a Força Terrestre, Marinha, Força Aérea, Força Estratégica de Mísseis (nuclearizada), Força de Operações Especiais e, em fim, a Guarda Vermelha de Operários e Camponeses.

Tais forças custam até 25% do PIB do estado norte-coreano – mais uma vez trabalhamos com dados contraditórios e precários! – de cerca de 40 bilhões de dólares. O efetivo real sob-bandeira é de 1,106 milhão de homens e outros 8,2 milhões de homens e mulheres são mobilizáveis e possuem intensa, e doutrinária, formação militar.

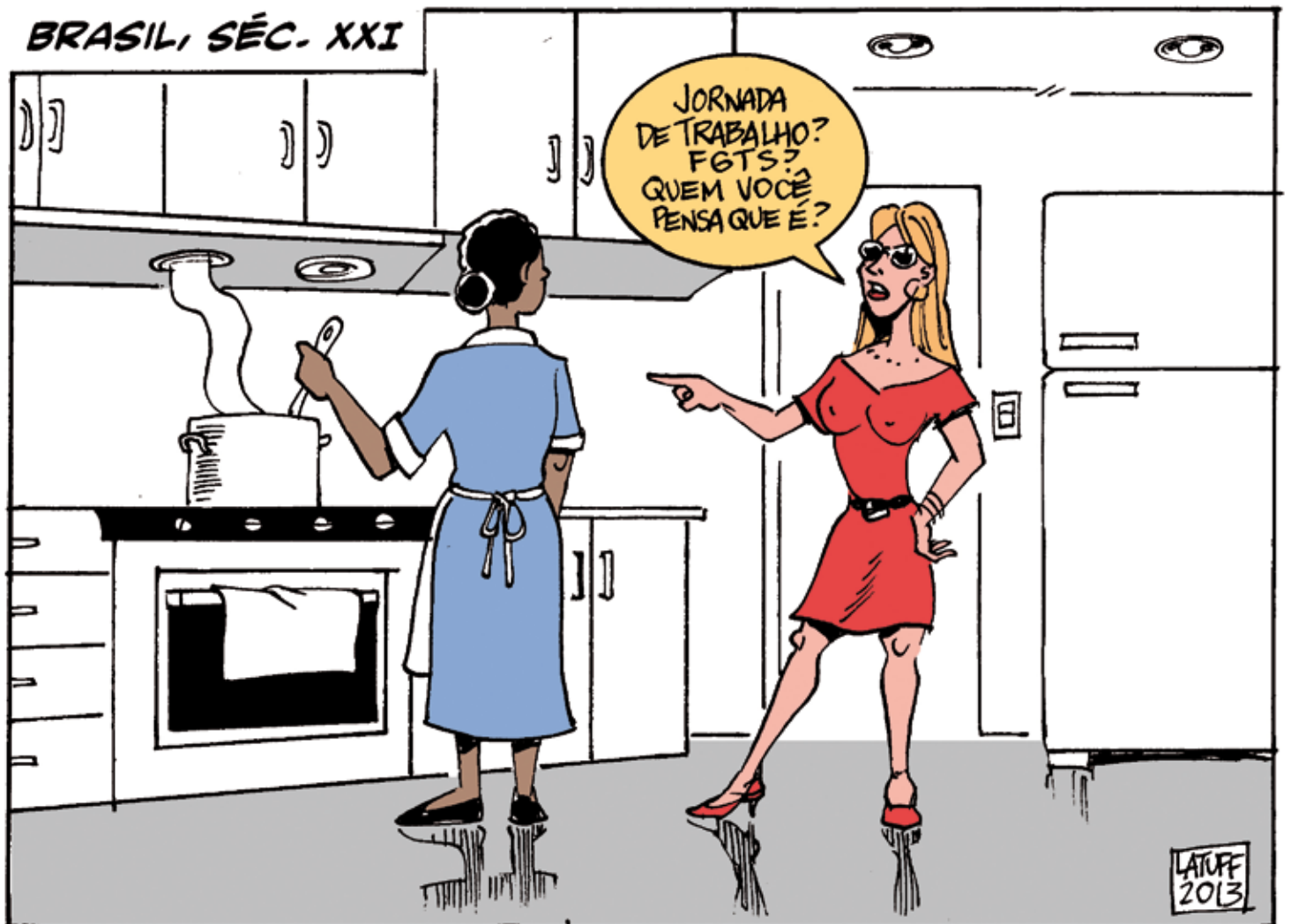
O “pansari” norte-coreano continua sendo tocado, cada vez em tom mais belicoso e alto. Mesmo que consideremos a “fala” da liderança de Pyongyang como “retórica bélica”, sempre existe o risco de “um lapso momentâneo da razão”, como diria o Pink Floyd.

*Francisco Carlos Teixeira é historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BRASIL, SÉC. XIX



BRASIL, SÉC. XXI



PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA



O Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (SISEJUFE) firmou convênio com o Programa wPós de Pós-Graduação a Distância para a oferta de cursos em condições exclusivas aos seus servidores e dependentes.

CONHEÇA ALGUNS CURSOS



DIREITO

- Direito Administrativo
- Direito Ambiental
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Direito Notarial e Registral

+ 13 CURSOS



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- MBA em Gestão Pública
- Administração de Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público
- Gestão de Pessoas no Setor Público

+ 29 CURSOS

PARCELAS A PARTIR DE:

R\$ **199,00**

WPOS.COM.BR

VEJA MAIS CURSOS NO SITE

ATENDIMENTO

(21) 2233-6801
atendimento.rj@wpos.com.br

SISEJUFE
sisejufe.org.br

wPOS
PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Sisejufe Samba-Choro IV

Secretaria de Formação e Cultura e Secretaria dos Movimentos Sociais convidam para celebrar a luta pela libertação do povo negro



Abertura show com a cantora **Sônia Lentine** e o **Conjunto Nova Roda**

Grande Terreiro do Jongo da Serrinha, com todos os ritmos negros. Samba de Roda, Jongo, Maxixe, Afoxé, Ciranda, Coco e Maracatu. Apresentação do Conjunto Razões Africanas e do Jongo da Serrinha

11 de Maio

Sábado, a partir das 13h

Cordão da Bola Preta

Rua da Relação, 3 - Centro - Rio de Janeiro

No local será servida uma feijoada, não incluída no preço do ingresso

Ingresso para convidados - R\$20,00

Ingresso para filiados Preço especial - R\$12,00

SISEJUFE

Nova turma de espanhol para iniciantes no Sisejufe. Aos sábados.

Sábados, das 8h30min às 12h30min. Presidente Vargas, 509, 11º andar. Início no dia 1º de junho. Professores licenciados, com Dele Nível Superior e Pós Graduandos pelo Instituto Cervantes.

Inscrição: formacao@sisejufe.org.br

Informação: roberto@sisejufe.org.br ou no telefone: 9189-9746

Mensalidades: Filiados ao Sisejufe e aos sindicatos CUTistas, R\$ 80. Demais Alunos, R\$ 100.

